

Referências bibliográficas

CHUBB, Karin e VAN DIJK, Lutz. (2001), *Between Anger and the Hope: South Africa's Youth and the Truth and Reconciliation Commission*. Johannesburg, Witwatersrand University Press.

DOXTADER, Erik e VILLA-VIVENCIO, Charles (org.). (2004), *To Repair the Irreparable: Reparation and Reconstruction in South Africa*. Claremont, David Philip.

GIBSON, James L. (2004), *Overcoming Apartheid: Can Truth Reconcile a Divided Nation?* Cape Town: HSRC Press.

LEMGRUBER, Julita, MUSUMECI, Leonardo e CANO, Ignacio. (2005), *Quem Vigia os Vigias?* Rio de Janeiro, Editora Record.

LE ROUX, Len, RUIPIYÁ, Martin e NGOMA, Naison. (2004), *Guarding the Guardians: Parliamentary Oversight and Civil-military Relations: The Challenges for SADC*. Institute for Security Studies.

LODGE, Tom. (2003), *Politics in South Africa: From Mandela to Mbeki*. Indiana University Press.

SCHONTEICH, M. (1999), *Unshackling the Crime Fighters – Increasing Private Sector Involvement in the South African Criminal Justice System*. Johannesburg, SAIRR.

STEINBERG, Jonny (ed.). (2003), *Crime Wave: The South African Underworld and its Foes*. Johannesburg, Witwatersrand University Press.

SPARKS, Allister. (2003), *The Mind of Africa: The Story of the Rise and Fall of Apartheid*. Johannesburg & Cape Town, Jonathan Ball Publishers LTD.

Segurança nacional e cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil

MARCO CEPÍK¹

Em março de 2005, os ministros de Relações Exteriores da Índia, África do Sul e Brasil divulgaram o Comunicado Ministerial da Cidade do Cabo, reiterando as disposições do Plano de Ação de 2004 para o aprofundamento e consolidação do IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul).

Naquele plano havia uma seção sobre a área de defesa e segurança nacional em que os ministros dos três países concordavam em iniciar exercícios e treinamento conjunto para a participação em operações de manutenção da paz, enfatizando a importância de se fortalecer a capacidade das Nações Unidas e da União Africana na área de prevenção e resolução de conflitos. Também concordaram em cooperar no combate ao tráfico de armas ilegais e narcóticos, bem como no trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos e lixo radioativo nos Oceanos Índico e Atlântico.

O plano de ação menciona ainda possíveis acordos entre as instituições de pesquisa na área de defesa dos três países,

¹ Muitas pessoas em diversas cidades, países, universidades e instituições ajudaram a tornar este artigo possível por meio do diálogo intenso ao longo de toda a pesquisa, desde o trabalho de campo realizado na Cidade do Cabo, Pretória, Mumbai e Nova Delhi em 2005. Agradeço a todos mencionando aqui de maneira especial Helena Jordana, Luíza Schneider, Fabrício Ávila e José Miguel Martins, pesquisadores da área de Estudos Estratégicos e Segurança Internacional no NERINT-UFRRS. Naturalmente, as opiniões e informações constantes nesse texto são de minha inteira responsabilidade.

sobretudo visando a desenvolver atividades de treinamento em comum. Finalmente, o plano levantava a possibilidade e o interesse em construir projetos conjuntos entre as indústrias de material bélico dos três países. No entanto, os avanços observados nessa agenda de cooperação de defesa e segurança ao longo dos últimos anos foram bastante modestos em comparação com as demais áreas técnicas de cooperação previstas, ainda que tenham sido positivos.

Em particular, vale mencionar como desdobramento positivo a proposta de criação do Comitê Conjunto de Defesa indo-brasileiro em 2007 e a decisão de designar adidos militares às respectivas embaixadas, um passo necessário para retomar as iniciativas trilaterais lançadas pelos ministros de Defesa dos três países em sua reunião de Pretória, em fevereiro de 2004. A realização da Primeira Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia em 2007 foi um passo a mais em um processo paulatino de construção institucional. Assim como o Acordo de Defesa Brasil-África do Sul, assinado na Cidade do Cabo em 2003, o qual foi aprovado pelo Senado brasileiro apenas em 2005. Também os Comitês Conjuntos de Defesa previstos nos acordos de defesa bilaterais só passaram a funcionar com alguma efetividade após a II Reunião de Cúpula do IBAS, em 2007.

Dados os resultados obtidos até aqui com esse projeto conjunto de desenvolvimento de material bélico, cabe avaliar neste artigo também algumas possibilidades adicionais de cooperação nesta área, sobretudo bilaterais. Afinal, embora tenha havido um interesse crescente entre os pesquisadores brasileiros em explicar as causas e os impactos preliminares do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul nas áreas de melhor desempenho (comércio, investimentos e coopera-

ção técnica), mesmo os autores brasileiros mais otimistas em relação aos demais aspectos da agenda trilateral tendem a enfatizar as limitações potenciais do IBAS na área de segurança e defesa.²

Ou seja, para uma compreensão adequada sobre as perspectivas de cooperação na área de segurança entre a Índia, a África do Sul e o Brasil é necessário considerar mais detidamente pelo menos três ordens de fenômenos interligados, a saber: 1) O contexto regional de segurança para os três países; 2) as características institucionais da segurança nacional (defesa, ordem pública e inteligência) em cada um dos três países; 3) a capacidade militar instalada de cada um dos três países. Cada uma dessas ordens de considerações corresponde a uma das seções em que se divide este trabalho.

A natureza e o alcance da cooperação sul-sul não decorre apenas dos constrangimentos sistêmicos colocados no âmbito global e regional. Ela depende também de decisões políticas que podem ou não ser facilitadas pela existência de uma institucionalidade de segurança nacional capaz de processar informações relevantes sobre custos de oportunidade associados a esses constrangimentos sistêmicos, além da existência de capacidades estatais complementares (ligadas ao fenômeno bélico) que produzam estruturas de incentivos positivas para a cooperação. Essas possibilidades, avaliadas a partir dos três conjuntos de fatores, constituem o tema das considerações finais do artigo.

² Ver, por exemplo, Lima (2005:55) e Oliveira, Onuki e Oliveira (2006:25). Uma avaliação preliminar sobre as perspectivas e dificuldades da cooperação trilateral em matéria de segurança também foi feita por Rocha (2006:3-14). Para uma avaliação sobre as possibilidades de cooperação mais focada em acordos bilaterais e na área de Operações de Paz (ONU), ver: Diniz (2006:279-310). Para uma contextualização do posicionamento diplomático indiano e suas vicissitudes, cf. Vizentini (2007: 93-96).

1. Distribuição de poder global e complexos regionais de segurança

A distribuição de poder no sistema internacional durante a Guerra Fria foi em grande medida determinada pela posse de armamentos termonucleares e pela capacidade de segundo ataque retaliatório a partir de forças estratégicas baseadas na tríade formada pelos SLBMs (Submarine-Launched Ballistic Missiles), ICBMs (Inter-Continental Ballistic Missiles) e bombardeiros de longo alcance. Se durante a primeira década após o fim da Guerra Fria o tema central em torno da questão nuclear foi a proliferação horizontal de armas de destruição em massa (Weapons of Mass Destruction – WMD) e seus regimes de controle, na década atual, o desafio central seria explicar as causas, descrever os mecanismos e analisar as implicações normativas da possível obtenção da primazia nuclear por parte dos Estados Unidos.³

Ainda que não seja possível desenvolver o ponto aqui, vale registrar a hipótese de que mesmo que os Estados Unidos viessem a obter de fato tal primazia, ela não seria suficiente para garantir uma distribuição unipolar de poder entre as várias unidades que compõem o sistema internacional, mantendo-se a atual distribuição global de poder, de tipo multipolar desequilibrada. Nesse tipo de distribuição de poder característico do período pós-Guerra Fria, os Estados Unidos seguem sendo a única grande potência que tem hegemonia regional, a qual tenta impedir a formação de uma aliança contrabalançante e/ou o aparecimento de outro país hegemônico regional na Europa ou na Ásia.

³ Primazia nuclear aqui se refere à capacidade de desarmar por meios diplomáticos e/ou militares as demais potências termonucleares com capacidade de segundo ataque antes que elas pudessem lançar mão de seus arsenais. O quanto essa condição é factível e quais as suas implicações para a distribuição de poder no nível global do sistema internacional é precisamente o tema da dissertação de mestrado de Fabrício Ávila no Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UFRGS. Cf. Ávila (2007) e Martins (2007).

Do ponto de vista da doutrina militar e das estruturas de comando e controle, a principal consequência da redistribuição de poder em curso no sistema internacional é o fato de que mesmo uma guerra eventual entre as grandes potências dotadas de armas nucleares seria decidida na esfera das operações. Serão os exércitos, forças aéreas, esquadras navais e demais Forças Armadas que decidirão uma eventual guerra entre as grandes potências. Essa é uma importante contratendência em relação ao pensamento estratégico dominante desde a Segunda Guerra Mundial, de que as armas nucleares seriam as principais fiadoras da paz e também seriam as armas decisivas na eventualidade da guerra entre as potências nucleares.

Do mesmo modo, após o fim da Guerra Fria tornou-se dominante nos meios estratégicos a noção de que as Forças Armadas dos demais países seriam empregadas tipicamente em missões de paz da ONU, com as consequentes diretrizes de profissionalização, redução de efetivos e transformação dos projetos e estruturas de força.

No entanto, dada a relevância das balanças regionais de poder para as condições logísticas e operacionais de qualquer hipótese de guerra envolvendo as grandes potências termonucleares, a discussão sobre a cooperação entre os países do IBAS na área de segurança nacional precisa partir de uma avaliação sobre o grau de consistência entre as pressões sistêmicas, regionais e domésticas às quais cada um dos três Estados está submetido e as respectivas respostas em termos de desenho institucional e capacidade militar (Sahni, 2000:4).

O desenho institucional e as capacidades materiais das três potências regionais analisadas (Índia, África do Sul e Brasil) refletem uma dificuldade comum, doutrinária e institucional, em lidar com as pressões sistêmicas de uma ordem multipolar desequilibrada. Essa realidade comum, entretanto,

não deve impedir o observador de apreciar as diferenças significativas existentes entre estas três potências regionais.

Para analisar a distribuição de poder nas diferentes regiões do planeta e a dinâmica política entre os principais atores (grandes potências e potências regionais), uma das ferramentas disponíveis é a chamada “teoria dos complexos regionais de segurança” (Buzan e Wæver, 2003).⁴

A estrutura essencial de um dado complexo regional de segurança é conformada por três tipos de relações: 1) a distribuição de poder entre os Estados da região (polaridade regional); 2) os padrões de amizade-inimizade entre os atores relevantes (polarização); 3) relações de poder com atores externos à região, especialmente as grandes potências. Além desses, dois elementos adicionais definem a estrutura de um complexo regional de segurança; 4) a fronteira de exclusão que permite diferenciar um Complexo Regional de Segurança de outro, considerando pertencimentos exclusivos de cada país a um ou outro complexo; 5) a anarquia, o que significa que, em princípio, um RSC deve ser composto por duas ou mais unidades autônomas.⁵

Segundo Buzan e Wæver (2003:445-446), existiriam onze complexos regionais de segurança no começo do século XXI:

⁴ Longe de ser uma teoria propriamente dita, a abordagem dos complexos regionais de segurança constitui um modelo descritivo útil para organizar sinteticamente os dados disponíveis sobre a distribuição de poder e os relacionamentos dinâmicos entre os países de uma determinada região. Sua utilidade decorre do fato de conceber as regiões a partir de critérios geográficos de pertencimento exclusivo a uma ou outra região e de definir as fronteiras de cada complexo regional a partir da densidade das dinâmicas de segurança existentes entre os Estados da região. Cf. Buzan e Wæver (2003:40-82).

⁵ Discordo da classificação de Buzan e Wæver (2003: 50-37) sobre os polos de poder durante e após a Guerra Fria, baseada na diferenciação entre superpotências e grandes potências. Também não considero viável operacionalmente o conceito de potência média. Ao longo deste artigo, considerarei grandes potências os Estados com as maiores Forças Armadas do mundo e capacidade termonuclear de segundo ataque. Considerarei como potências regionais (polos de poder) os Estados com as maiores forças convencionais em uma balança regional, com capacidade de dissuadir e/ou defender-se militarmente contra qualquer dos outros Estados na região tomados individualmente.

América do Norte, América do Sul, Europa, Pós-URSS, Oriente Médio, Sul da Ásia, Leste Asiático, África Ocidental, África Central, Chifre da África e África Austral. No caso da África subsaariana, onde a posição dos autores parece nitidamente inconsistente, seria mais acurado falar de um único complexo regional de segurança dividido em três subcomplexos (Chifre, Ocidental e Austral). Com isso se têm oito complexos regionais relevantes para a balança global de poder e segurança nas primeiras décadas do século XXI.

Na Tabela 1 pode-se visualizar uma síntese da situação atual das três regiões aqui consideradas.

TABELA 1 SEGURANÇA REGIONAL: SUL DA ÁSIA, ÁFRICA AUSTRAL E AMÉRICA DO SUL

	Sul da Ásia	África Austral	América do Sul
Princípio de Ordem	Anarquia	Anarquia	Anarquia
Distribuição de Poder	Bipolar	Unipolar	Multipolar
Grau de Polarização [1991-2007]	Alto	Médio	Baixo
Dinâmicas de segurança mais importantes	Inter-regionais: acesso a petróleo e energia; terrorismo, balança regional Ásia Central e Oriente Médio. Regionais: centralidade do confronto Índia-Paquistão (Caxemira, Armas Nucleares e Terrorismo), tensões Índia-Bangladesh (migrantes). SAARC e convenção antiterrorista. Domésticas: separatismos e conflitos políticos no Paquistão (Waziristão, Baluchistão e Sind); guerrilhas e violência na Índia (Naxalitas, Meitei etc.); guerra civil no Sri Lanka (tut. tâmil).	Inter-regionais: segurança energética; imigração clandestina; balança de poder, terrorismo e instabilidade nos demais sub-complexos da África subsaariana. Regionais: Consequências das guerras civis em Angola, RDC, Ruanda e Burundi; riscos associados ao colapso do Zimbábue; SAARC e resolução de conflitos. Domésticas: epidemia de Aids; corrupção, crime organizado, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro; criminalidade violenta na África do Sul.	Inter-regionais: associadas ao narcotráfico; participação em Operações de Paz ONU. Regionais / Domésticas: conflito armado na Colômbia; gastos de defesa do Chile e Venezuela; tensão separatista na Bolívia; narcotráfico, tráfico de armas; contrabando; corrupção, crime organizado, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro.

	Sul da Ásia	África Austral	América do Sul
Relações de Poder com Atores Externos à Região	Aliança Índia-Estados Unidos-Japão <i>versus</i> Paquistão-China e China-Rússia; relações comerciais e militares da Índia com Rússia e Israel e acordos de segurança e comércio com ASEAN.	Fracasso da ONU na região; penetração chinesa na região; resistência da África do Sul ao Africom dos EUA.	Penetração dos Estados Unidos (<i>hegemon regional</i>) e disputa sobre a agenda da integração entre as alternativas da Alca, da Revolução Bolivariana (Alba) e da proposta da Unasur; barganha diplomática com União Europeia; crescimento da importância comercial da China para a região.
Direção Provável de Mudança	Baixa institucionalização da segurança na região; busca indiana por supremacia regional e status de grande potência, enfraquecimento relativo do Paquistão; risco de guerra nuclear elevado; tendência à formação de um supercomplexo de segurança asiático.	Papel crescente das três potências regionais subaarianas (África do Sul, Nigéria e Etiópia) nos subcomplexos da região. Possível institucionalização da resolução de conflitos via União Africana, NEPAD e SADC.	Maior cooperação de segurança na Amazônia (OTCA E SINAM) e no Mercosul, especialmente contra o crime organizado e violento; institucionalização da Unasur.
País onde se disputam as fronteiras da região	Afganistão	República Democrática do Congo (rec)	Colômbia

No caso do *sul da Ásia* (subcontinente indiano), as capacidades militares da Índia e do Paquistão definem até hoje uma distribuição regional de poder bipolar. Trata-se, entretanto, de uma bipolaridade cada vez mais assimétrica, como se poderá ver na seção 3.

As dinâmicas mais importantes de segurança nessa região são inter-regionais. Afinal, desde o fim da Guerra Fria e do início do processo de acelerado crescimento econômico indiano a questão crucial para o governo de Delhi é a busca por

supremacia regional e um *status* de grande potência. A sustentação logística dessa busca passa pela resolução de uma equação energética muito mais problemática do que a de qualquer outra grande potência ou potência regional. O acesso aos mercados do leste asiático, o controle das passagens marítimas no oceano Índico, o acesso ao petróleo do Oriente Médio e a expansão do uso da energia nuclear são decisivos para as pressões indianas. Para compatibilizar esses objetivos a Índia procura manter suas relações comerciais com a Rússia na área de material bélico, evitar uma disputa direta com a China, negociar acordos com os países da ASEAN e barganhar uma aliança com os Estados Unidos (tornada emblemática pelo acordo nuclear assinado em 2006) e o Japão visando a contrabalançar a China e o Paquistão. Além disso, a agenda da guerra global contra o terrorismo (GWAT) do governo Bush permitiu ao governo indiano lidar com uma ameaça real à sua segurança nacional e influenciar a distribuição de poder nas balanças regionais da Ásia central e do Oriente Médio que são relevantes para o desiderato de satisfação das necessidades energéticas indianas.

No plano regional propriamente dito (subcontinente indiano), apesar do enfraquecimento relativo do Paquistão, as três guerras travadas com este país (1947, 1965 e 1971) e as inúmeras disputas militarizadas até 2005 indicam a continuidade dessa díade como a fonte das principais tensões na região. Mesmo com as recentes medidas de confiança mútua e os crescentes problemas internos que forçam o governo Musharraf a negociar, o Paquistão continua a ameaçar a Índia por meio de pressão militar direta na linha de controle na Caxemira, desenvolvimento de armas nucleares e vetores de entrega, guerra subterrânea mobilizando grupos islâmicos radicais e apoiando as guerrilhas maoístas (Naxalitas) que

atuam no nordeste e leste da Índia. Por sua vez, a Índia também pressiona o Paquistão colocando em alerta suas Forças Armadas, desenvolvendo armas termonucleares, apoiando o governo Kharzai no Afeganistão e os grupos insurgentes e/ou separatistas no Sind, Baluchistão e Waziristão. Nesse sentido, as principais fontes domésticas de tensão na região do sul da Ásia são inseparáveis da guerra subterrânea como ferramenta de política externa. O governo Singh na Índia, por exemplo, admite que a ameaça terrorista representada pelos grupos da Caxemira (Lashkar-e-Taibyya, Jesh-e-Mohammadi, Jamiat-e-Islami etc.) deixou de ser a principal preocupação de segurança do governo diante da ação crescente de outros grupos insurgentes, sobretudo os Naxalitas, mas também grupos separatistas menores no Punjab (sikhs e islâmicos) e nos estados do extremo leste indiano (Sikkim, Assam, Nagaland, Manipur, Tripura, Arunachal-Pradesh e Mizoram).⁶

Enfim, desde a ameaça de guerra nuclear e a mais alta incidência de atentados terroristas fora do Iraque, até os conflitos por recursos naturais escassos e choques sociais violentos nos principais países, a região do sul da Ásia é altamente conflitiva. O enfraquecimento relativo do Paquistão, a baixa institucionalização da SAARC (*South Asian Association for Regional Cooperation*) em temas de segurança e a busca indiana por supremacia constituem as principais tendências nesse complexo regional de segurança. A eventual mudança de *status* da Índia implicaria na formação de algo que Buzan e

⁶ A guerrilha naxalita é o braço armado do Partido Comunista da Índia-Maoísta (CPI-Maoist). A guerrilha conta com cerca de 9.000 efetivos armados, 40.000 militantes organizados e atua em mais de 160 distritos nos estados de Orissa, Chattisgarh, Jharkhand, Andhra Pradesh, Bihar, Maharashtra, Karnataka e Bengala Ocidental, além de linhas de suprimento exteriores via o Nepal. As estimativas mais pessimistas indicam que os naxalitas teriam liberdade de movimento em mais de 10 milhões de hectares de florestas e campos do interior da Índia, a partir dos quais eles começaram a atacar a infraestrutura de abastecimento de cidades, alvos governamentais e mesmo empresas multinacionais. Cf. Singh (2005: 224-235) e IHS (2007: 305).

Wæver (2003: 172-182) chamaram de supercomplexo de segurança asiático, tornando inseparáveis as dinâmicas de segurança no leste asiático, subcontinente indiano, Ásia Central e Oriente Médio.

Por sua vez, o subcomplexo regional de segurança da *África Austral* caracteriza-se por ser unipolar do ponto de vista da distribuição de poder. Em 2001, a África do Sul respondia por 35% do Produto Interno Bruto (PIB) de toda a África subsaariana, 52% do investimento externo direto recebido e 31% dos gastos militares registrados (Jane's, 2004c:9). Embora o balanço militar regional indique que Angola tenha um número de tanques maior do que a África do Sul (300 MBTS angolanos para 167 sul-africanos), um número de aeronaves de combate também maior (90 *versus* 45) e, sobretudo, Forças Armadas mais numerosas (107 mil *versus* 56 mil), a qualidade dos equipamentos, organização e doutrina militar da África do Sul garantem ao país a posição de único polo de poder na região. Do ponto de vista do grau de polarização, a região pode ser classificada em um nível intermediário de conflitividade em comparação com o sul da Ásia e a América do Sul. Desde o fim do *Apartheid* em 1994 e da guerra civil angolana em 2002, a tendência na região tem sido a de diminuição dos conflitos. Entretanto, a admissão, em 1997, da República Democrática do Congo na SADC (*Southern African Development Community*) e o envio de tropas sul-africanas para o Lesotho (1998) marcaram um aumento dos vínculos entre as dinâmicas de segurança da África Austral e Central.

Dada a baixa integração tradicionalmente existente entre os subcomplexos de segurança da África subsaariana, o envolvimento da África do Sul pós-*Apartheid* na tentativa de resolução de conflitos no Lesotho, RDC, Burundi, Somália, Sudão e, em menor grau, na Costa do Marfim e na Libéria, parecem in-

dicar um aumento na densidade dos laços entre essas regiões. Um outro indicador é a maior cooperação entre África do Sul e Nigéria, duas das três potências regionais africanas (a Etiópia é a terceira). Apesar desse maior protagonismo dos Estados mais poderosos, é preciso reconhecer que as principais ameaças à segurança dos Estados e indivíduos na África subsaariana não são geradas por disputas interestatais militarizadas, mas sim por fatores domésticos e não-militares.⁷

Na África austral, as principais ameaças à segurança da África do Sul estão ligadas à necessidade de conquistar e manter uma estabilidade regional subsaariana mais ampla e um ambiente macroeconômico favorável à atração de investimentos. Também são vulnerabilidades bastante evidentes do país a imigração clandestina (entre três e cinco milhões de pessoas vivendo ilegalmente em um país com taxas de desemprego aberto de 25,5% em 2006), a grande dependência energética, a escassez de água, a pandemia de HIV-Aids (21,5% dos sul-africanos entre 15 e 49 anos infectados, 60% dos efetivos das Forças Armadas), as altas taxas de crimes violentos contra as pessoas e o patrimônio (0,5 homicídio para cada 1.000 habitantes, ou um total de 21.995 assassinatos em 2006), o crime organizado e a corrupção. Um problema crescente na agenda de segurança da região como um todo são as consequências de um eventual colapso do Zimbábue, pois em 2003 já se estimava em mais de três milhões o número de imigrantes ilegais vivendo nas províncias de Limpopo, Mpumalanga e North West. Na mesma época, todos os meses entravam 100.000 pessoas em Botsuana vindas do Zimbábue, das quais cerca de 2.500 eram deportadas por mês.

Do ponto de vista da relação com as grandes potências, apesar da forte oposição do governo Mbeki à guerra do Iraque

em 2003, as relações entre Pretória e Washington são respeitadas, robustas do ponto de vista comercial e não têm piorado desde então. Entretanto, a decisão dos Estados Unidos de criar um comando militar conjunto específico para a África (Africom) gerou uma tensão renovada com a maioria dos países da região, algo que o governo Obama ainda terá de enfrentar no contexto de uma transição política complexa na África do Sul. Por outro lado, desde o reconhecimento diplomático da República Popular da China em 1997 e, principalmente, depois da aceleração dos investimentos e compras chinesas na África a partir de 2005, Beijing tem se tornado um ator da maior relevância na agenda de segurança da África subsaariana de um modo geral e da África austral em particular. A evolução desse complexo regional de segurança tende a ser determinada por esta nova realidade de relativa estabilização dos conflitos civis, os resultados da penetração chinesa no continente e dos esforços tardios dos Estados Unidos para conter esta presença. Uma outra tendência que se verifica é que, ao contrário da Índia e da SAARC, no caso da África subsaariana há uma tendência de maior institucionalização da agenda de segurança e desenvolvimento, com alternativas robustas patrocinadas pela África do Sul. Dentre outras, vale mencionar a própria União Africana (AU), a SADC e a NEPAD (*New Partnership for the Development*). A institucionalização da resolução de conflitos, o nível de polarização nesse complexo regional de segurança e uma maior densidade nas interações entre as três sub-regiões austral, ocidental e do chifre africano parecem depender da evolução do quadro na República Democrática do Congo (RDC). Afinal, o conflito da RDC foi o nervo exposto da África subsaariana na última década e sua superação epitomiza a nova fase que o continente começa a viver.

⁷ Ver Kruys (2004).

Finalmente, a *América do Sul* caracteriza-se por ser multipolar em termos da distribuição regional de poder. Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia, embora desiguais entre si, constituem um *cluster* de países e capacidades de defesa mais equilibrado do que a quase unipolaridade verificada na África Austral ou do que a bipolaridade desequilibrada entre Índia e Paquistão no sul da Ásia. Por outro lado, a América do Sul constitui um dos complexos regionais de segurança menos polarizados do sistema internacional contemporâneo. Sobretudo na região do Cone Sul, nas relações entre Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. Menos polarizado, contudo, não quer dizer pacífico. Como destaca David Mares (2001: 28-51), houve dezesseis disputas interestatais militarizadas na América Latina entre 1991 e 1998, sendo que uma delas (Peru-Ecuador em 1995) foi uma guerra e outras dez envolveram algum uso da força (resultando em menos de mil mortos em combate). Hoje em dia, a persistência do conflito armado na Colômbia, as tensões separatistas na Bolívia e a polêmica em torno dos gastos militares chilenos e venezuelanos são três dos temas mais importantes da agenda regional de segurança.

As fontes de insegurança na região também são domésticas (desigualdades sociais muito acentuadas) e/ou estão ligadas às redes internacionais paraestatais que controlam o narcotráfico, contrabando e lavagem de dinheiro. Em países como o Brasil, Colômbia e Venezuela, as taxas de homicídio *per capita* são muito elevadas, e o número absoluto de assassinatos é maior do que o de muitos países em guerra.

A dinâmica de segurança regional na América do Sul também é definida pelos interesses dos Estados Unidos, pois embora Washington não tenha condições de simplesmente impor à região a agenda do combate global ao terrorismo, tenta manter sua condição de *hegemon* regional. A direção provável de

mudança nesse complexo regional de segurança aponta para uma crescente institucionalização dos processos de resolução de controvérsias por meio de uma multiplicidade de organizações, tais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Mercosul, Comunidad Andina (CAN) e, como desafio principal, a União da América do Sul (Unasur).

Como se pode ver, a dinâmica de segurança nas três regiões é bastante distinta no que diz respeito ao nível de conflito (polarização) e o perfil das ameaças com que cada país participante do IBAS tem que lidar. Nesse sentido, o diagnóstico preliminar desta primeira seção pode ser formulado nos termos da hipótese desenvolvida por Diniz (2006:02) sobre a viabilidade das alianças entre potências regionais. Quanto mais polarizada a região, menos recursos podem ser alocados na aliança inter-regional. A breve sistematização da situação de segurança nas três regiões realizada nesta seção indica que a Índia pode alocar menos recursos para o aprofundamento da cooperação de segurança e defesa no IBAS do que a África do Sul e o Brasil. Nas próximas seções, se poderá verificar se esse constrangimento sistêmico é reforçado ou atenuado pelas características institucionais e pela preparação militar dos três países.

2. Bases institucionais da segurança nacional

Nesta seção, serão analisadas as bases institucionais da segurança nacional nos três países do IBAS. A hipótese que se pretende testar preliminarmente aqui estabelece que o processo de tomada de decisão em matéria de segurança nos três países é decisivamente influenciado por uma matriz doutrinária funcionalista (burocrática) e não realista (*i.e.*, sistêmica), embora esse traço seja mais forte na Índia e no Brasil do que na África

do Sul. Isso se reflete nas capacidades bélicas dos três países detalhadas na seção 3 e explica adicionalmente as dificuldades de cooperação neste setor (Sagan, 2000: 16-46). A seguir serão descritas as estruturas de segurança nacional e defesa dos três países e como esses desenhos institucionais impactam a doutrina de emprego das Forças Armadas em cada caso.

A segurança nacional na *Índia* possui uma base institucional mais frágil do que o tamanho do PIB e o poderio militar do país sugerem. Por um lado, o aparato de defesa indiano é vasto e bastante complexo, com diversas esferas de decisão e estruturas de implementação de políticas e programas, as quais vêm sofrendo constantes transformações nas últimas décadas, mas especialmente depois dos testes nucleares de 1998 e da confrontação de Kargil em 1999.⁸

Por outro lado, o grande problema desse conjunto de organizações e procedimentos na área de segurança nacional é justamente a falta de coordenação das diversas agências e setores da burocracia entre si e dessas com os órgãos de decisão mais centrais. Estes, por sua vez, são muito dependentes da acoplagem problemática entre um sistema parlamentarista de governo e uma estrutura federativa que concede cada vez mais poderes para partidos e interesses de base regional, o que dificulta sobremaneira a elaboração de uma doutrina de defesa indiana explícita e coerente. Segundo George Tanham (1992), a cultura estratégica da Índia sempre foi assistemática, com um grande hiato entre a política externa e as demandas corporativas das Forças Armadas. As tentativas de modernização do Estado indiano nunca produziram incentivos para a burocracia civil pensar em coordenação com as estruturas militares.

Em termos constitucionais, o Presidente, além de ser o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, é o responsável final

pela doutrina militar e pela decisão sobre o uso da força. Entretanto, a praxe indiana mostra claramente que o Presidente tende a não se envolver na formulação e/ou na execução das políticas de defesa. Uma exceção recente nesse perfil ocorreu recentemente durante a presidência de Abdulah Kalam, frequentemente consultado nas áreas de desenvolvimento nuclear, tecnologia de mísseis e temas de defesa devido à sua ligação com o programa nuclear indiano desde 1962 (Jane's, 2004:3).

O Ministério da Defesa indiano existe desde 1947, tendo passado por várias alterações graduais até obter sua atual configuração. Segundo o relatório anual do ministério relativo ao ano fiscal de 2006-2007, o Ministério da Defesa é composto basicamente por quatro departamentos, a saber: Departamento de Defesa, Departamento de Produção em Defesa e Fornecimento de Material Bélico, Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento em Defesa e, desde 2004, o Departamento de Ex-Combatentes. A principal função desse Ministério é formular as diretrizes políticas do governo em tudo o que é referente à defesa nacional. Além disso, o Ministério é responsável por comunicar as decisões do governo a todas as estruturas militares da Índia para sua operacionalização.⁹

Aliás, o Ministério da Defesa da Índia possui uma organização complexa e pesada no interior de cada um dos grandes departamentos. Há um grande número de comitês com funções superpostas e baixa delimitação jurisdicional. Embora institucionalizado e compatível com o sistema democrático da Índia, o Ministério da Defesa indiano tem demonstrado reiteradamente sua dificuldade em gerir crises e produzir respostas integradas e efetivas, coordenando os vários componentes de defesa entre eles e com os demais órgãos da área de segu-

⁸ Ver Rajain (2005:48-59) e Sidhu (2000:142-145). Ver também Sahni (2000:18-22).

⁹ Para uma descrição mais detalhada dos órgãos do Ministério da Defesa naquele país, ver: Government of India, (2007).

rança nacional. Além disso, o Ministério da Defesa tem uma composição mista em que predominam civis, frequentemente com pouca experiência na área. Assim como no Brasil, existe tensão entre os militares e a burocracia civil na área de defesa, segurança e ordem pública (Kapila, 2000).

Essa dificuldade organizacional se torna mais evidente quando se analisa o processo decisório e de formulação da política de defesa indiana. Nos altos escalões do governo existe um controle bastante rígido dos civis com respeito aos militares nas decisões sobre defesa, o que é desejável do ponto de vista da democracia, mas não se reflete necessariamente nos escalões inferiores da implementação de políticas e programas.

O Comitê para Assuntos Políticos (CAP) do Gabinete Ministerial da União, chefiado pelo Primeiro-Ministro, é que define formalmente a estratégia e a política de defesa indiana. No cotidiano da defesa indiana, o ministro da Defesa, geralmente um civil, recebe recomendações dos comandantes das Forças Armadas, toma as decisões cabíveis e, sempre que o tema for julgado importante, remete à consulta do Comitê de Assuntos Políticos do Gabinete. Em matéria orçamentária e, portanto, em relação a quase tudo, o Ministério das Finanças possui um representante direto com poder de veto sobre o que é proposto pelas Forças Armadas e pela burocracia civil do Ministério da Defesa (Tanham, 1992). No âmbito do Gabinete Ministerial também é relevante o Comitê de Segurança (cs), de onde saíram os principais estudos no começo dessa década com recomendações sobre mudanças organizacionais na área de defesa e inteligência. Desde 2000, por exemplo, o Primeiro-Ministro da Índia conta com um assessor especial de Segurança Nacional.

Na área de defesa, entre outras medidas, o Relatório do Grupo de Ministros em Segurança Nacional recomendou a cria-

ção do cargo de Chefe do Estado-Maior Integrado de Defesa. O novo cargo deveria clarificar a linha de comando e resolver disputas jurisdicionais sobre a missão das forças e agências de defesa, promovendo integração entre as forças singulares e substituindo estruturas consultivas frouxas existentes. Entre essas estruturas consultivas, vale destacar o Comitê dos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas singulares e o *staff* de planejamento de defesa. Até 2007, no entanto, esse cargo ainda não havia sido criado e a linha de comando e autoridade entre o ministro da Defesa e os comandantes das forças singulares continuava pouco clara. Isso apesar da criação de uma estrutura interina chamada de Estado Maior Integrado de Defesa, a qual já foi descrita por um ex-comandante como sendo um corpo altamente eficiente sem uma cabeça capaz de integrar planejamento, doutrina, projetos de força e operações (Jane's, 2004b: 98).¹⁰

Ou seja, tanto do ponto de vista organizacional quanto doutrinário, o centro de gravidade da defesa nacional indiana ainda é constituído pelas Forças Armadas singulares e suas preferências corporativas.

O Exército da Índia estrutura-se a partir de um Estado-Maior do Exército que conta com um extenso quadro de militares e altos funcionários civis. O chefe do Estado-Maior exerce autoridade direta sobre seis comandos centrais, sendo cinco operacionais ou geográficos e um comando responsável pelo treinamento. O Exército conta ainda com unidades de forças especiais (*special forces*) para a guerra irregular, um regimento estratégico de foguetes ("AGNI Missile Group") e uma nova divisão de artilharia (41ª) sediada em Pune (Maharashtra). A doutrina de emprego do Exército é chamada de "ofensiva-defensiva", basicamente significando uma forte ênfase preven-

¹⁰ Cf. <http://pib.nic.in/archieve/Ireleng/lyr2001/rmay2001/23052001/r2305200110.html>.

tiva e contra-força, buscando a decisão no campo de batalha por meio de manobras ofensivas capazes de produzir choque e fogo em quantidade suficiente para impedir que o inimigo assumia qualquer iniciativa (Hoyt, 2000).

A Força Aérea Indiana (IAF) também é comandada pelo chefe do Estado-Maior da Força Aérea e possui seis comandos com responsabilidades sobre áreas geográficas definidas, além de dois comandos funcionais (treinamento e manutenção). A Força Aérea indiana possui algo entre trinta e quarenta esquadrões de combate e é a quarta maior Força Aérea do mundo. Seus componentes principais são constituídos por uma força de caças, uma frota de transporte, helicópteros e uma frota de aviões de transporte. Os diversos componentes e problemas dessa força serão analisados na seção 3, mas é importante destacar três aspectos do ponto de vista doutrinário e organizacional. Em primeiro lugar, a IAF historicamente sofre da escassez de pilotos treinados e de altas taxas de perda de aeronaves em acidentes. Entre 1990 e 2003 apenas, a IAF perdeu mais de 100 pilotos e 273 caças (quase 19 esquadrões). Por isso um dos seus principais desafios nessa década foi a substituição dos caças MiG 21, além da compra de simuladores e de uma pletera de *upgrades* e novas aeronaves de combate. Em segundo lugar, a entrada em serviço dos novos aviões SU-30MKI e Mirage 2000, juntamente com novos aviões de reabastecimento e de controle e alerta avançado, indicam uma mudança doutrinária importante, igualmente mais ofensiva e baseada na preempção e na retaliação a longas distâncias. Finalmente, é importante mencionar as ambições da IAF para estabelecer um Comando Aeroespacial que colocasse sob controle operacional da força aérea a maioria dos vetores e ogivas nucleares, ambições que

não se concretizaram até agora e que alimentam uma forte rivalidade com o Exército.¹¹

No caso da Marinha Indiana (IN), o comandante da força conta com um Estado-Maior central e mais três comandos regionais (ocidental, oriental e do sul), sediados respectivamente em Mumbai, Vishakhapatnam e Cochin. A Marinha Indiana é dividida em duas frotas (ocidental e oriental), enquanto o treinamento é responsabilidade do comando sul. O comando das ilhas de Andaman e Nicobar, estabelecido em 2001, é o primeiro comando conjunto das Forças Armadas indianas e foi chefiado pela primeira vez por um oficial general do Exército em 2004. Além de forças de superfície, submarinos e aviação naval que a colocam em quinto lugar em tamanho entre as marinhas de guerra do mundo, a IN conta ainda com uma força de fuzileiros navais especializados em operações especiais e contraterrorismo.

Além do Ministério da Defesa e das Forças Armadas singulares, a análise institucional no caso indiano demanda ainda um comentário sobre o Conselho de Segurança Nacional (NSC), criado depois dos testes nucleares de 1998.

O NSC nasceu com um duplo objetivo de, por um lado, integrar as novas capacidades estratégicas do país com as forças convencionais e, pelo outro lado, melhorar a coordenação entre a política de defesa, a política externa e as políticas de provimento de ordem pública. O Conselho é formado por seis membros principais (Primeiro-Ministro, Ministro do Interior, Ministro da Defesa, Ministro das Relações Exteriores, Ministro das Finanças e o Vice-Chefe da Comissão de Planejamento), sendo que outros ministros atendem quando necessário. O Conselho de Segurança Nacional da Índia conta com muitos assessores e uma estru-

¹¹ Para maiores informações, acessar o sítio da Força Aérea Indiana. Disponível em: <http://indianairforce.nic.in/>. Última visualização em 12/8/2007.

tura de formulação e debate de políticas de segurança nacional em três camadas, formada por um Grupo de Políticas Estratégicas, uma Junta Assessora em Segurança Nacional e por um Conselheiro em Segurança Nacional. Em seus primeiros anos, o Conselho foi avaliado como tendo pouca efetividade na gestão integrada de crises, em parte decorrente de um déficit de legitimidade dado o fato de ter sido criado por decreto e não por meio de legislação aprovada pelo Parlamento (Babu, 2003).

Para completar as modificações institucionais decorrentes da nova realidade nuclear da Índia, em 2003 foi criada uma Autoridade de Comando Nuclear (Nuclear Command Authority – NCA), composta por um Conselho Político e por um Conselho Executivo. Embora os dois órgãos possam fazer recomendações sobre o uso das armas nucleares, a decisão final é exclusivamente do Primeiro-Ministro. O comitê de assuntos de segurança (ccs) do Gabinete de Ministros da União, por sua vez, criou em 2004 a figura de um comandante-em-chefe do Comando de Forças Estratégicas (SFC) para controlar o arsenal nuclear e reportar-se ao comitê de comandantes-em-chefe das forças singulares e ao Primeiro-Ministro.¹²

O governo indiano anunciou também em 2003 uma doutrina nuclear de oito pontos, entre os quais se destacam os pontos 2 (postura de não fazer uso de armas nucleares em primeiro lugar, ou *no first use*), 3 (caso atacada com armas nucleares a Índia retaliará massivamente contra as cidades do agressor) e 5 (compromisso de não usar armas nucleares contra estados não-nucleares, a menos que o território ou as forças indianas sejam atacados com armas químicas e/ou biológicas). Além de consideráveis inconsistências entre alguns dos oito pontos da

¹² Para uma visão mais detalhada das estruturas de comando e controle divididas entre a liderança política, os comandantes das forças singulares e a burocracia nuclear do DRDO, ver o capítulo 12 (“India’s Evolving Nuclear Weapon Systems and Structure”) do anuário editado por Singh (2005:211-220). Cf. também Sidhu (2000:150-157).

doutrina esboçada, a questão da sustentabilidade da postura de *no first use* tem implicações diretas para a avaliação dos limites institucionais da cooperação trilateral na área de defesa e segurança.

Além disso, há o fato de o nsc indiano não ter sido capaz de criar uma doutrina nuclear integrada às capacidades convencionais e à postura diplomática indiana. Não existe uma doutrina formal integrada para as Forças Armadas convencionais da Índia, o que dificulta a integração com as novas capacidades estratégicas do país. Isso ajuda a entender também por que não foi possível criar o cargo de chefe do Estado-Maior integrado de defesa. O poder de agenda corporativo das agências e forças singulares no caso indiano, combinado com os esforços convencionais e nucleares para alcançar o *status* de grande potência, produz fortes desincentivos à cooperação de escopo mais amplo e formal no contexto trilateral do IBAS.

No caso da *África do Sul*, as mudanças na distribuição do poder mundial decorrentes do fim da Guerra Fria foram acompanhadas por transformações internas ainda mais profundas, as quais por sua vez produziram os impactos regionais discutidos na seção anterior. Essas transformações internas decorrentes do fim do regime do *Apartheid* e da transição para a democracia modificaram a própria concepção acerca da segurança nacional, a institucionalidade de defesa no governo sul-africano, bem como a estrutura, missão e composição das Forças Armadas do país.

Do ponto de vista conceitual é doutrinário, desde a Constituição de 1996, a África do Sul adotou definições de ameaça e princípios orientadores mais próximos da noção de segurança humana. Essa ênfase era compatível com os novos desideratos de igualdade de direitos e respeito aos indivíduos ao final de um período de longo regime ditatorial. Além disso, a ideia de

segurança humana no contexto sul-africano favorecia também o esforço de melhorar a prestação de serviços para todos os cidadãos do país, sobretudo nas áreas de bem-estar e segurança, respeitadas as suas diferenças de cor, etnia, língua, religião e opiniões. A tradução dos princípios constitucionais em prática administrativa foi guiada desde então por dois princípios complementares. Na esfera da segurança e da defesa, o *Livro Branco da Defesa* de 1996 e suas diversas especificações e revisões posteriores (culminando com a publicação da estratégia de defesa nacional para o período 2007-2009) orientou a construção de uma capacidade estatal dissuasória baseada em forças convencionais e em esforços diplomáticos para estabilizar e resolver conflitos na região. Na área administrativa, o novo *Bill of Rights* da Constituição sul-africana engendrou uma diretriz comum a toda a administração pública do país, o princípio *Batho Pele* (as “pessoas primeiro”, em língua Sotho). Esse foi um princípio reitor da melhoria dos serviços públicos para a maioria da população negra da África do Sul, mas também caracterizou várias iniciativas e políticas de ações afirmativas e de reconfiguração da própria composição demográfica dos órgãos públicos, inclusive as Forças Armadas.

Nesse contexto, talvez o ponto mais importante a destacar seja o fato de que as atuais Forças de Defesa Nacional da África do Sul (SANDF) foram constituídas no processo de transição para a democracia tendo como base um processo de integração extremamente complexo entre as Forças Armadas da África do Sul (SADF), as forças regulares de quatro dos “bantustões” criados pelo regime segregacionista (Transkei, Venda, Bophuthatswana e Ciskei), além das guerrilhas dos três principais partidos políticos não *afrikaans*, o Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso Pan-Africanista (PAC) e o Partido da Liberdade Inkhata (IFP). Das três forças irregulares, a mais

importante para a definição do perfil atual da SANDF foi o braço armado do ANC, conhecido como *Umkhonto we Sizwe* (lança da nação). Com algumas dificuldades de treinamento, integração, distribuição de patentes e outras, o fato é que o governo da África do Sul conseguiu montar um quadro de oficiais multirracial e suficientemente coeso para manter a SANDF em condições operacionais em um período de demandas crescentes na região como um todo.

De acordo com a nova Constituição da África do Sul, o Presidente da República é o Chefe de Estado e o Chefe do Governo, exercendo o comando sobre as Forças Armadas por meio da estrutura hierárquica do gabinete de ministros e do Departamento de Defesa. É importante notar que o desenho constitucional sul-africano dá grande ênfase ao Parlamento como arena de recrutamento dos ministros e como instância de formulação e controle das políticas públicas. Além disso, é importante destacar que o país conta com uma sociedade civil organizada muito robusta, parte da qual foi muito influente na definição doutrinária dos principais conceitos adotados na reforma da segurança nacional sul-africana pelo menos até 2002. A partir desse ano, com a promulgação de um novo *Defence Act*, o marco legal sul-africano institucionalizou mais o processo de revisão doutrinária e a adequação do desenho da força à nova realidade regional do engajamento sul-africano na resolução de conflitos em todo o continente.¹⁵

¹⁵ Os principais conceitos de segurança humana e de defesa não ofensiva adotados no *White Paper* de 1996 e no *Defence Review* de 1998 assumiam como premissa que o fim da conscrição e a redução acelerada do engajamento das Forças Armadas em operações de manutenção de lei e ordem traduzir-se-iam em uma estrutura de forças enxuta (50 mil militares e civis) e altamente profissionalizada para a defesa do território contra ameaças convencionais cada vez mais remotas. Para uma análise das implicações das guerras convencionais e civis recentes na África para o projeto de força e as estruturas de comando e controle da SANDF, ver Kruys (2004).

De maneira geral, Len Le Roux (2004:105-106) apontou três fatores principais que forçaram a uma adaptação da política de defesa da África do Sul a uma agenda mais tradicional de segurança. Em primeiro lugar, o processo de integração entre as sete Forças Armadas mencionadas anteriormente envolveu também a desmobilização e a perda de quadros com experiência operacional. Um segundo fator foi a elevação das taxas de crimes violentos ao longo da década, o que manteve mais de três mil efetivos da SANDF em missões internas de provimento de lei e ordem. Em terceiro lugar, a crescente participação das Forças Armadas da África do Sul em operações de paz em todo o continente passou a exigir permanentemente cerca de três mil efetivos deslocados somente na República Democrática do Congo e em Burundi, sem falar nas tropas previstas para as missões no Sudão e na Somália. Com o apoio decisivo de Pretória para a assinatura do Tratado de Defesa Mútua da SADC e a criação de uma Força de Pronto Emprego da União Africana, a tendência é a de que cresçam as exigências de melhoria na capacidade de projeção de força da SANDF. E isso, paradoxalmente, tenderá a forçar sua doutrina de emprego a se tornar menos ofensiva em função da necessidade de contar com sistemas de reserva e forças constabulares mais desenvolvidas.

Na verdade, com a melhoria da situação orçamentária e a recuperação da capacidade de investimento do estado sul-africano a tendência dos últimos anos tem sido a de uma expansão das capacidades estatais na área de segurança nacional. Em termos institucionais, vale lembrar que os órgãos mais importantes no sistema de segurança sul-africano são o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Defesa, o Ministério da Segurança e o Ministério dos Serviços de Inteligência.

O Conselho de Segurança Nacional (NSC) foi estabelecido em 2000 e é diretamente ligado à Presidência da República. O

Conselho é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Ministros da Segurança, Defesa, Inteligência, Relações Exteriores, Interior (*Home Affairs*), Finanças e Justiça. Outros ministros também podem ser convocados se necessário. O CSN é convocado pelo Presidente para assegurar uma resposta rápida, coordenada e eficaz a assuntos e eventos de caráter urgente e/ou que tenham um impacto relevante na segurança do país. Além disso, cabe ao CSN o desenvolvimento de políticas nacionais de segurança em geral, a indicação para o Presidente sobre possíveis ameaças ao país, a aprovação de planos e programas relativos a tais ameaças, a monitoração desses planos e a coordenação com outros governos em situação de crise (Jane's, 2004c).

O ministro da Defesa é necessariamente um político indicado pelo Presidente entre os membros da Assembleia Nacional e constitui um elo-chave na cadeia de comando. No Departamento de Defesa, os civis são responsáveis pelo Secretariado de Defesa e os militares pelo apoio ao comandante-em-chefe da SANDF (*Chief of the Defence Force*) e ao Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*). O Secretário de Defesa é o principal gestor público no Departamento, responsável pelas finanças, planejamento e relação política com o Congresso. Subordinados ao Comandante da SANDF, encontram-se o Comandante de Operações Conjuntas, o Comandante de Suporte Conjunto, o Comandante do Exército, da Marinha, da Força Aérea, do Serviço Militar de Saúde e da Divisão de Inteligência de Defesa. O Inspetor Geral das Forças Armadas é responsável por realizar auditorias e zelar pelo cumprimento de planos, ordens e a legislação.¹⁴

¹⁴ Para uma descrição mais detalhada do Departamento de Defesa, ver South Africa (2006: 1-9).

O Exército sul-africano é composto por dois componentes diversos: uma força regular de tempo integral e uma força de cidadãos (*Citizen Force*), seu contingente de reserva que se tornou totalmente voluntário em 2003 e que anteriormente era formado por conscritos com treinamento regular por doze anos após o período de alistamento. A força regular profissional é organizada em torno de duas brigadas combatentes, uma permanente e totalmente mecanizada (43ª) e outra *part-time* (46ª), motorizada, sendo que ambas recebem elementos especializados (batalhões e unidades menores) conforme a necessidade. Esse desenho organizacional por tipos de formação (*formation types*) é um conceito empregado pela SANDF para suas forças de terra, ar e mar. No caso das unidades terrestres, essas formações de artilharia, infantaria, blindados, engenharia, inteligência e outras são organizadas em nível de batalhão ou regimentos (caso das forças especiais) e são subordinadas ao comandante do Exército. Além das unidades móveis, o Exército conta ainda com cinco forças-tarefa regionais (com os respectivos quartéis-generais localizados em Pretória, Pietersburg, Durban, Port Elizabeth e Cape Town). Embora o Exército da África do Sul seja considerado altamente proficiente em manobra, fogo e choque, contando com equipamento moderno e larga experiência operacional, sua doutrina de emprego prevê a utilização de suporte aéreo e artilharia de longa distância. Como não há uma aviação do Exército, a SANDF tem feito grandes esforços para melhorar o desempenho conjunto entre a Força Aérea e o Exército.

A Força Aérea (SAAF) é considerada a mais eficaz da África subsaariana, mesmo com as restrições orçamentárias ao longo da década de 1990. Em termos absolutos, no entanto, a obsolescência de seus principais sistemas e a perda de muitos pilotos treinados afetaram muitas de suas capacidades. Em

2003, a SAAF contava com apenas 22 pilotos de combate e a frota inteira estava voando apenas 12 mil horas, contra 60 mil previstas. Desde então a situação melhorou, mas na medida em que a África do Sul assuma papéis mais destacados no provimento de segurança na região ficam evidentes algumas deficiências, tais como a necessidade de contar com algum vetor de interdição de longo alcance, mais aeronaves não-tripuladas (UAVS) e aeronaves de patrulha marítima de longo alcance. Por outro lado, o país conta com excelente capacidade de suporte ao combate terrestre a partir de helicópteros de ataque (16º esquadrão de Roivalks).¹⁵

A Marinha da África do Sul (SAN) é considerada a única realmente eficaz da África subsaariana. Entretanto, considerando as dimensões do mar territorial, os compromissos regionais crescentes do país e a importância do comércio marítimo para a economia sul-africana (95% das importações e exportações são transportadas pelo mar), as fragilidades da Marinha sul-africana eram bastante evidentes no fim da década de 1990, o que levou o Departamento de Defesa e a Assembleia Nacional a autorizarem um amplo programa de modernização). Como ficará evidente na seção 3 deste artigo, a aquisição dos novos submarinos, “corvetas” (na verdade, destróieres) e outros sistemas não modificará radicalmente o perfil da Marinha sul-africana, pois nesse momento o país não aspira a ter uma Marinha de águas azuis, mas certamente as novas capacidades visam a tornar mais crível a capacidade de defesa dos dois principais portos do país (Durban e Cape Town) e o efetivo patrulhamento das águas territoriais. A fim de dar maior agilidade e apoiar mais efetivamente o Comandante de Operações Conjuntas (*Chief of Joint Operations*), a SAN transferiu a maior

¹⁵ Para um detalhamento maior da estrutura organizacional da SAAF, cf. <http://www.af.mil.za>.

parte da frota (incluindo a flotilha de submarinos, a aviação naval e os caça-minas) e das suas estruturas de comando e suporte para a base naval de Simon's Town, ao sul de Cape Town. Em Pretória permanecem o Comandante da Marinha e o Quartel-General Naval. Mesmo com deficiências e limites claros, a SAN tem uma grande importância para a África do Sul e, assim como aconteceu com o Exército, diversos países da região, tais como Namíbia, Moçambique e Tanzânia, pediram auxílio na patrulha de suas zonas marítimas, em operações de resgate e salvamento, assim como em assistência humanitária e treinamento.

Todo esse esforço de modernização, reorganização e redesignho das Forças Armadas a um novo conjunto de missões esbarra hoje nos problemas que afetam toda a força de trabalho da África do Sul: as altas taxas de incidência HIV-Aids. Nesse contexto, adquire importância destacada a existência de uma estrutura integrada como o Serviço Militar de Saúde (SAMHS), estruturado como uma quarta força singular na SANDE.

Finalmente, no caso do *Brasil* a criação tardia do Ministério da Defesa em 1999 marca um ponto importante no lento processo de adaptação institucional da área de segurança nacional desde a última transição de regime político em 1985-1988. Na verdade, o próprio projeto de criação do Ministério da Defesa partiu da Presidência da República e jamais entusiasmou as Forças Armadas.

A estrutura do Ministério da Defesa no Brasil contempla cinco grandes divisões: a Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI); o Estado-Maior de Defesa (EMD); a Secretaria de Estudos e de Cooperação (SEC); a Secretaria de Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia (SELOM); e a Secretaria de Organização Institucional (SEORI). A Escola Superior de Guerra também faz parte da estrutura do Ministério da

Defesa, mas como órgão externo subordinado; predominam os militares, mesmo em funções gerenciais que na África do Sul ou na Índia tendem a ser ocupadas por civis. No caso brasileiro, os poucos civis ocupam posições ditas de “enclave”, na SEORI ou no Gabinete do Ministro (Fuccille, 2003).¹⁶

Entre as principais funções desse Ministério podem-se mencionar as operações militares, a formulação da política e estratégia militar e a política de aviação civil, sendo que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é ligada ao Ministério da Defesa. Ainda conectados ao Ministério da Defesa encontram-se o Conselho Militar de Defesa e outras estruturas de assessoria e consultoria. É difícil a comparação institucional, pois o caso brasileiro apresenta o mesmo tipo de opacidade e falta de explicitação de uma doutrina militar que o caso indiano, mas sem as amplas capacidades e meios bélicos indianos, os quais permitem a um observador deduzir coisas importantes sobre a política *de facto*, independentemente de existir ou não uma política declaratória.

É como se, do ponto de vista institucional, o Brasil fosse uma combinação da excessiva autonomia corporativa indiana, com a escassez de meios e as tensões adaptativas encontradas na transição sul-africana. Agravadas por algumas dificuldades específicas típicas do debate brasileiro sobre segurança nacional, tais como uma percepção altamente otimista sobre o entorno regional atual e futuro, a ausência de forças constabulares de qualquer tipo e uma recusa persistente a se tentar explicitar mais os termos da política de defesa e da doutrina de emprego da força militar (Proença Jr. e Diniz, 1998). Por outro lado, é preciso reconhecer que a nova Política de Defesa Nacional (PDN) estabelecida em 2005 representa algum avanço,

¹⁶ Para informações detalhadas sobre a estrutura do Ministério da Defesa do Brasil acessar o sítio: www.defesa.gov.br.

embora não tenhamos nada como os relatórios anuais de defesa da Índia ou da África do Sul, por meio dos quais se podem monitorar os sucessos e malogros das políticas e conceitos.

Além do Ministério da Defesa, outro órgão importante da estrutura da defesa brasileira é o Conselho de Defesa Nacional (CDN). O CDN é presidido pelo Presidente da República e tem como membros o Vice-Presidente, os Presidentes da Câmara e do Senado e os Ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Fazenda, além dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Além disso, se necessário, o Presidente pode convocar outros membros de acordo com a matéria a ser tratada. Segundo a Lei nº 8.183, por meio da qual foi criado o Conselho, este se reúne a pedido do Presidente da República e tem competência para opinar em situações de declaração de guerra ou celebração de paz, questões de independência nacional e decretação de estado de defesa, de sítio e sobre intervenção federal. O Conselho de Defesa Nacional possui uma Secretaria-Geral para executar as tarefas permanentes ligadas ao exercício das funções do Conselho.¹⁷

No Brasil, formalmente o Presidente da República é também o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, ainda que exerça um papel menos marcante nesse âmbito de que em outros países da América Latina. Afinal, no caso brasileiro (e em contraste com a África do Sul) o ministro tem pouco poder *vis-à-vis* os comandantes das forças. Cada comandante de força singular manteve *status* administrativo de ministro, e cada força define seu sistema educacional, de saúde e de logística, sem falar de equipamentos, organização e doutrina (EOD).

O Brasil possui também uma longa tradição de alistamento militar obrigatório para toda a população masculina que completa 18 anos. Contudo, apenas um pequeno percentual

dos candidatos é realmente incorporado e recebe treinamento. Esses recrutas servem por um período mínimo de nove a doze meses, em sua grande maioria no Exército. Em termos organizacionais, o Exército brasileiro divide-se em sete comandos regionais. Além dos comandos regionais, conta com uma Força de Reação Rápida, sediada no Comando de Operações Terrestres em Brasília, para uso em qualquer contingência em qualquer ponto do território nacional.

Do ponto de vista das unidades, o Exército brasileiro organiza-se em oito divisões (entre uma e três brigadas em cada divisão). As brigadas são blindadas, mecanizadas, de cavalaria ou de infantaria, selva, aerotransportada, de paraquedistas, operações especiais e de fronteira. Ao todo são 28 brigadas de combate, suplementadas por dois grupos de engenheiros (de tamanho equivalente a uma brigada). Embora essas forças não sejam tão complexas quanto as indianas, certamente indicam uma paleta de recursos bastante diversificada no contexto sul-americano.

A Força Aérea Brasileira (FAB) é a maior e mais eficiente Força Aérea da América do Sul, possuindo uma organização bastante complexa. A FAB é dividida entre sete comandos regionais e cinco comandos operacionais, divididos entre três forças diferentes. Assim como no Exército, o Comandante da Aviação deve se reportar diretamente ao ministro da Defesa, que é responsável tanto pela aviação civil, quanto pela militar. Cada um dos comandantes regionais ou operacionais é subordinado ao Comandante da Aviação. A compatibilidade entre as missões de Defesa Aérea e de Controle do Tráfego Aéreo esteve em questão ao longo do último ano no Brasil em função da crise nos aeroportos e da sequência de dois grandes acidentes com aviões de passageiros no espaço de um ano.

¹⁷ Ver Lei Federal nº 8.183 em: www.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8138.htm.

A organização da Marinha do Brasil obedece à mesma lógica do Exército e da Aeronáutica. Ou seja, formalmente sob a autoridade política do ministro da Defesa, mas na prática gozando de um alto grau de autonomia na definição de suas políticas e prioridades. Cada um dos comandantes operacionais responde ao Comandante Naval e tem sob sua responsabilidade os comandantes de: frota, submarinos, força de transporte naval e distritos navais. No Brasil existem oito distritos navais, e flotilhas separadas no Mato Grosso e na Amazônia (Jane's, 2004a).

Por mais que essa descrição sequencial das principais estruturas organizacionais da defesa nacional nos três países pudesse ser detalhada, a natureza das ameaças regionais à segurança e a combinação de fatores domésticos e internacionais na conformação dessas ameaças obrigam o analista a considerar também as capacidades militares de cada país. Isso será feito brevemente na próxima seção do artigo.

3. Capacidades militares dos países do IBAS

As capacidades de defesa de um país são dadas por critérios quantitativos e qualitativos de difícil mensuração. Em termos quantitativos é possível aferir o balanço militar entre dois ou mais Estados por meio da análise comparativa da distribuição de efetivos e sistemas de armas por ramos das Forças Armadas. No caso, uma avaliação qualitativa precisaria incluir também estimativas realistas sobre o funcionamento de sistemas de armas, estruturas (C4ISR) e setores (suprimentos), as quais só a ocorrência de uma guerra real poderia confirmar ou refutar.¹⁸

¹⁸ C4ISR refere-se aos sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

Para reduzir a arbitrariedade das estimativas e permitir uma comparação entre países tão diferentes como os do grupo IBAS, deve-se utilizar a noção de composição orgânica das Forças Armadas, ou seja, a divisão do número de sistemas de armas e outros equipamentos pelo total do efetivo. Utilizando-se esse critério e analisando os três países comparativamente, pode-se observar a distribuição do pessoal ativo por ramo das Forças Armadas: o componente terrestre, o componente naval e o componente aéreo das Forças Armadas dos três países.

A composição orgânica de uma força armada permite avaliar a consistência entre a EOD (equipamento, organização e doutrina) de uma força armada, os planos do Estado-Maior baseados em hipóteses de guerra e as demandas colocadas pelas guerras e disputas militarizadas em que o Estado em questão venha a ser envolvido ou decida envolver-se.

Em 2004, o Brasil apresentava um gasto de defesa de 9,7 bilhões de dólares, algo como 35 mil dólares por membro das Forças Armadas. No mesmo ano, o orçamento de defesa indiano era de 13,3 bilhões de dólares (10,4 mil dólares por membro das Forças Armadas), enquanto o orçamento sul-africano era de 1,5 bilhão de dólares (28,1 mil dólares por membro das Forças Armadas). Note-se, no entanto, que o Brasil apresenta o maior nível de comprometimento do orçamento de defesa com o pagamento de soldos, pensões e dívidas (mais de 80% do total), enquanto a Índia e, em menor escala, a África do Sul conseguiam investir uma parcela muito maior do orçamento em treinamento, novas aquisições e manutenção de custos operacionais das forças.¹⁹

O inventário dos efetivos fornece uma primeira aproximação acerca das capacidades de defesa dos países do IBAS. Quatro aspectos devem ser destacados: 1) apenas a Índia dis-

¹⁹ Cf. Jane's (2004a; 2004b; 2004c).

põe de forças estratégicas; 2) a África do Sul não dispõe de forças constabulares ou paramilitares. Além disso, como aquele país decidiu eliminar a conscrição e o serviço compulsório na chamada *Citizen Force*, o novo perfil totalmente profissional da SANDF esbarra na ausência de reservas adequadas, forças constabulares e aumento correspondente no tamanho do efetivo policial; 3) há, portanto, uma clara disparidade de concepções na administração de reservas nos países membros do IBAS, sendo que as reservas brasileiras são relativamente mais elevadas do que as indianas ou sul-africanas; e 4) existem diferenças relevantes no que diz respeito à distribuição dos efetivos por ramo das Forças Armadas entre os três países, de novo revelando um equilíbrio maior no caso brasileiro.²⁰

A comparação entre as reservas dos membros do IBAS sugere a preparação militar da Índia e da África do Sul para uma guerra de alto nível tecnológico, mas de curta duração. No caso da Índia, quando se compara suas reservas com as da Rússia e da China, que também possuem capacidade termonuclear e podem funcionar aqui como casos-controle, é possível observar que na prática a Índia parece subestimar a extensão do atrito, reforçando a noção de que as Forças Armadas indianas preferem uma doutrina de emprego fortemente ofensiva.

Pelo tamanho e qualidade das reservas, pode-se dizer que a Rússia e a China levam em conta a possibilidade de ocor-

rência de uma guerra convencional com uso intensivo de alta tecnologia. Além disso, os dois países claramente levam em consideração também o gigantesco coeficiente de desgaste acarretado pela guerra nuclear. Observe-se que, para uma população na qual existem 7,83 indianos para cada russo, a reserva total russa é 2,5 vezes maior que a indiana. No caso da China, que tem uma população pouco maior que a da Índia, suas reservas excedem em sete vezes as reservas indianas.

Apesar de possuir forças estratégicas, a Índia não se comporta como um Estado nuclear. Suas reservas são mais compatíveis com o esforço exigido pela guerra local do que a preparação para a guerra com uma grande potência. Considerando que a Índia parece de fato ter armamentos term nucleares e, recentemente, testou um míssil capaz de atingir Pequim, mesmo que sua preparação militar efetiva seja para uma guerra com o Paquistão, o exercício proposto indica uma forte incongruência entre a política declaratória, a doutrina de emprego e a capacidade militar efetiva da Índia.

Uma proporção alta de reservistas em relação ao pessoal da ativa indica não apenas uma doutrina de emprego menos ofensiva, mas também constitui medida defensiva crucial em função do crescente aumento na letalidade, velocidade, alcance e precisão dos sistemas de armas ao longo dos últimos cem anos. Nesse sentido, entre os países do IBAS a posição brasileira é a mais adequada.

Outro aspecto que chama a atenção quanto ao efetivo militar nos países do grupo IBAS diz respeito à sua distribuição pelos três ramos das Forças Armadas. Note-se que mesmo possuindo uma proporção de área marítima sobre a continental significativamente maior do que a do Brasil, a Índia e a África do Sul têm uma proporção menor de efetivos nas suas respectivas marinhas. Como esses dois países optaram por reduzir

²⁰ Vale lembrar que na África do Sul o nome atual da *Citizen Force* é *Defence Reserve Force*, sendo que esse componente *part-time* da SANDF se divide administrativamente em *Army Conventional Reserve* (reserva convencional do Exército), *Army Territorial Reserve* (ATR, que inclui os chamados *commandos* ou batalhões territoriais), a *Air Force Reserve*, a *Naval Reserve* e a reserva do serviço de saúde das Forças Armadas (*SAMHS Reserve*). O sistema de *commandos* ou batalhões territoriais constituía no começo da década uma força com mais de 51 mil efetivos empregados no policiamento ostensivo em áreas rurais. A decisão de eliminar todos os batalhões territoriais até 2009 colocou uma forte pressão sobre a polícia (SAPS). Ainda mais que a SANDF decidiu reduzir de 19 para 7 o número de companhias regulares do Exército empregadas em missões de controle de fronteiras e prevenção do crime. (Cf. capítulo 17 em: <http://www.gcis.gov.za/docs/publications/yearbook.htm>.)

reservas em benefício do investimento em tecnologias e sistemas, seria de esperar que o tamanho das respectivas marinhas fosse relativamente maior. O aumento do equipamento na Marinha da China e da Rússia, por exemplo, não está sendo acompanhado da redução de pessoal. Dado o aumento da demanda por pessoal especializado em comunicação e controle da guerra informacional, o pessoal (efetivo) e o equipamento aumentaram proporcionalmente nestes dois países.²¹

A África do Sul possui uma distribuição de efetivo por ramo das Forças Armadas compatível com suas demandas regionais. Desmantelado o regime do *Apartheid*, não há perspectiva de ameaça vinda de outro Estado na região. A excelência do pessoal militar e a capacidade instalada em sistemas mantêm o país dentro de uma equação regional ótima de suficiência racional de meios militares. O problema é que as políticas de defesa devem levar em conta a realidade imediata tanto quanto a antecipação de tendências e a preparação para o futuro. A construção de capacidade instalada demanda várias décadas e os sul-africanos apenas agora começam a considerar em seu projeto de força a perspectiva de que as guerras civis e conflitos por recursos naturais escassos venham a engajar de novo as grandes potências na África. Mesmo o forte comprometimento da África do Sul com Operações de Paz ao longo dos últimos anos representou um grande problema logístico e operacional para a SANDEF, o que coloca em questão os limites e riscos da política de desmobilização dos batalhões territoriais, bem como o tamanho das reservas sul-africanas.

Como foi mencionado, o Brasil encontra-se em uma posição mais adequada, pois possui quase cinco reservistas para

²¹ A proporção entre a área marítima reivindicada (km²) e a área continental (km²) é de 0,4 no caso da Índia. A relação no caso da África do Sul é de 1,48 e no caso do Brasil é de 0,51. (Cf. Diniz, 2006:10).

cada efetivo na ativa e mais de um terço do pessoal ativo serve na Marinha e na Aeronáutica. O problema do Brasil, em relação aos seus efetivos, não é tanto a sua distribuição, mas a sua qualidade e nível de prontidão estratégica. Em relação a esses dois atributos as Forças Armadas brasileiras possuem menos treinamento do que as suas contrapartes do IBAS, e seus sistemas e estruturas passam por processo de rápida obsolescência, com resultados deletérios para a qualidade combatente das tropas.²²

Na era digital a força terrestre ativa tende a ser menor do que o padrão encontrado no século XX, até mesmo em função dos novos sistemas de aquisição de alvos e guiagem das armas. Todavia, a operação de sistemas cada vez mais complexos em terra, mar e ar continua exigindo adestramento prolongado, domínio de operações com armas combinadas e profissionalização de grande parte dos efetivos militares. A necessidade de combinar esses dois requisitos (grandes contingentes de reservistas e forças bem treinadas e profissionais) exige soluções organizacionais criativas e modificação no armamento padrão da infantaria.

3.1 Componente terrestre das Forças Armadas dos países do IBAS

Os números da força terrestre da Índia impressionam qualquer observador, tanto em termos absolutos quanto relativos ao seu principal adversário regional, o Paquistão. O Exército indiano

²² No caso brasileiro, a obsolescência de navios e de aviões em larga escala exige investimentos de capital e cooperação internacional para além do IBAS, complementando a cooperação Sul-Sul com a cooperação Sul-Norte e Sul-Leste. Além da distribuição de pessoal mais equilibrada, outra vantagem algo paradoxal do Brasil no IBAS é justamente ter que reconstruir quase todos seus sistemas militares quase que a partir do zero devido ao nível de obsolescência. Com a digitalização e o uso massivo da realidade virtual pela Engenharia, o custo dos equipamentos caiu e a possibilidade de nacionalização aumentou em comparação com o século XX. (cf. Cohen, 2002:247-251).

possui um total de 6.775 blindados contra 2.300 do Paquistão (uma proporção de três para um). Em termos qualitativos, a vantagem é ainda maior. O Paquistão conta com 640 tanques principais de batalha (MBTs) de primeira linha contra 3.992 da Índia. A Índia possui 10.360 peças de artilharia contra 2.890 do Paquistão (3,6 para 1). Também na artilharia sobressai a capacidade indiana, que conta com 500 peças autopropulsadas contra 240 do Paquistão. O Paquistão possui 45 lançadores múltiplos de foguete para 200 da Índia. A Índia possui 3.500 sistemas de mísseis antiaéreos para 1.400 do Paquistão (uma proporção de 2,5 para 1). Mesmo em termos de baixa tecnologia, a desvantagem paquistanesa é pronunciada, pois a Índia possui um total 6.700 morteiros para 1.200 do Paquistão.

A preparação militar indiana, aliada à fragilidade paquistanesa, é consistente com a política declaratória da Índia que considera, seriamente, a possibilidade de derrotar seu principal adversário através de uma guerra relâmpago preemptiva. Toda a preparação militar indiana está voltada para o Paquistão, não contra a China. A ideia de que as capacidades militares indianas possam ser voltadas contra a China esbarra em uma enorme dificuldade logística, expressa na ausência de aeronaves de transporte, vasos de guerra de suporte e utilitários de todos os gêneros no inventário indiano.

A Índia sobrepuja o Paquistão e sua força terrestre é enorme em termos absolutos. Entretanto, quando o número de sistemas é dividido pelo tamanho dos efetivos, a situação indiana se revela relativamente pior do que a do Brasil e muito pior do que a da África do Sul. Considerando blindados, artilharia, helicópteros e defesa antiaérea (DAA), a Índia só supera seus parceiros do IBAS nesse último item, ainda assim no caso da comparação com a África do Sul, somente devido à grande quantidade de canhões antiaéreos que o Exército indiano possui (2.339 peças).

A África do Sul possui a melhor razão equipamento/pessoal entre os países do IBAS. Devido ao embargo internacional de armas durante o regime do *Apartheid*, a África do Sul acabou desenvolvendo uma indústria própria de blindados e artilharia que hoje posicionam bem o país em termos mundiais. Sobre tudo devido à excelência de seu carro *Rooikat*, seu obuseiro G6-52L de 75 km de alcance e seu fuzil calibre 50 NTW-20. Os constrangimentos orçamentários e ajustes do projeto de forças às novas exigências regionais e sistêmicas ainda colocam muitas incertezas, mas até aqui a força terrestre sul-africana manteve um bom equilíbrio quantitativo e qualitativo entre seus efetivos e sistemas.

A força terrestre do Brasil é bem posicionada em termos da sua composição orgânica, mas a quase totalidade de seus sistemas está no limite da vida útil ou já é claramente obsoleta. Seu único MBT com alguma capacidade efetiva é o Leopard M1, do qual o Brasil possui 87 unidades. Como ficou evidente na Operação de Paz no Haiti, as viaturas blindadas para transporte de tropas (VBTRs) não estão em condições adequadas de emprego, necessitando de atualizações e/ou substituição. Os obuseiros de 105 mm e 155 mm utilizados pelo Brasil também precisam ser substituídos, pois já excederam sua vida útil. Quanto ao sistema de lançadores múltiplos de foguetes Astros II, com padrão para exportação, o Brasil só dispõe de 16 em seu inventário. O mesmo se dá com as demais peças que podem ser consideradas modernas, tais como o míssil antitanque Milan (apenas 12) ou o Eryx (apenas 18 no inventário).

Apesar das últimas aquisições, talvez em nenhum momento de sua história a força terrestre brasileira tenha ficado em condições de tamanha fragilidade. Como se trata da substituição e reposição de componentes devido ao vencimento da vida útil e completa obsolescência, o Congresso Nacional e a

área econômica do governo federal têm demonstrado maior sensibilidade às demandas orçamentárias do Exército Brasileiro. Para a atualização da força terrestre brasileira seria decisiva a cooperação bilateral com a África do Sul.

3.2 Componente naval das Forças Armadas dos países do IBAS

Em números absolutos, a Marinha indiana é muito maior do que a dos outros dois países do IBAS, sendo também a mais poderosa no sul da Ásia. Naquela região, o Paquistão, por exemplo, possui apenas 6 submarinos e 11 vasos de superfície lança-mísseis com capacidade de causar danos mais sérios aos interesses indianos. De resto, o Paquistão possui apenas 1 destróier, 8 fragatas, 3 navios lança-minas e 12 navios auxiliares. Em termos de aviação naval, o Paquistão conta somente com 2 aviões PC-3 Orion para guerra anti-submarina (ASW). Com esses meios o Paquistão não conseguiria romper um bloqueio naval indiano. A Marinha indiana conta com 16 submarinos, 1 porta-aviões, 8 destróieres, 24 fragatas, 25 corvetas, 14 navios caça-minas e 9 aeronaves de patrulha marítima.

Entretanto a fragilidade indiana fica evidente na esfera logística. A quantidade de vasos de suporte é muito baixa em relação aos vasos de guerra e submarinos. A despeito de seu projeto de constituir-se em uma marinha de águas azuis, ainda hoje o poder naval indiano limita-se ao seu emprego contra o Paquistão. Apesar de contar com um número de aeronaves modernas de longo alcance, no estado da arte da guerra digital, seu número é proporcionalmente mais baixo do que o dos outros dois países do IBAS. A Marinha indiana, à semelhança da força terrestre, baseia-se em uma doutrina ofensiva e tem de vencer de um golpe só. Afinal, as dificuldades de abasteci-

mento e de reposição de peças e munições fragilizam a capacidade indiana de sustentar uma guerra prolongada, mesmo de baixo perfil, como seria o caso de um bloqueio naval. A quase totalidade de seus navios é importada e seus contratos de nacionalização dos componentes envolvem mais a montagem do que a transferência de tecnologia.

A África do Sul, pelo contrário, possui uma Marinha muito pequena, mas tecnologicamente bastante avançada. Seus componentes mais destacados são o submarino convencional Scorpène (209 Type 1400), que poderá ser fabricado sob licença no país, bem como a corveta Merka 200, com características *stealth*. O conceito sul-africano de modernização naval é baseado em alta tecnologia, nacionalização de componentes e produção modular. Em termos navais, a produção modular significa ter um mesmo vaso de superfície cumprindo funções diferentes, com peças intercambiáveis e modelos distintos. Do ponto de vista da composição orgânica, a Marinha sul-africana apresenta um bom equilíbrio entre navios de suporte, aeronaves, submarinos e vasos de guerra. O grande limitador da África do Sul é realmente a quantidade limitadíssima de meios navais.

A Marinha do Brasil, por sua vez, enfrenta o mesmo problema de obsolescência dos equipamentos que o Exército brasileiro enfrenta, agravada por dificuldades de manutenção que têm posto fora de serviço navios ainda no prazo de sua via útil. Um complicador adicional é o próprio perfil dos gastos navais brasileiros. O país possui um porta-aviões que é inútil tanto para travar uma guerra local, quanto para defender-se de uma grande potência. Ao mesmo tempo a expectativa de finalmente desenvolver o submarino nuclear tem impedido o país de desenvolver ou atualizar a frota de submarinos diesel-elétricos. A Marinha brasileira hoje parece ser incapaz de travar uma batalha aeronaval mesmo contra forças da América do Sul. Além

disso, ela carece de cobertura antiaérea para realizar patrulhas antissubmarino (ASW) como componente auxiliar de uma força de coalizão. Carece ainda de navios em quantidade suficiente para realizar patrulha costeira e, por fim, carece de meios aéreos baseados em terra para proteger a produção petrolífera da plataforma continental (Proença Jr. e Brigagão, 2002).

3.3 Componente aéreo das Forças Armadas dos países do IBAS

A Índia possui 582 vetores de caça e ataque, contra 327 do Paquistão. Como a Força Aérea indiana está adquirindo mais 180 aviões Su-30, essa superioridade de meios em relação ao Paquistão deve aumentar mais ainda nos próximos anos.

Da Força Aérea do Paquistão contam de fato apenas os 87 caças F-16, avião de desempenho análogo ao do MiG-29, dos quais a Índia dispõe de 79 unidades. Entretanto, a maior fragilidade do Paquistão parece decorrer mesmo dos sistemas de comunicação, controle, guerra eletrônica e inteligência. Enquanto as capacidades terrestres ou navais do Paquistão podem causar dificuldades mais ou menos sérias para a Índia em caso de guerra, a assimetria de meios aéreos entre os dois países é tão grande que se pode falar de completa superioridade aérea indiana. Como se sabe, o poder aéreo por si só não define uma guerra. Mas, devido à sua capacidade de interdição, a Força Aérea dificulta/impossibilita as operações de abastecimento realizadas na terra e no mar quando essas ocorrem sem a devida cobertura.

O perfil da Força Aérea indiana indica uma doutrina de emprego ofensiva, o que é consistente com o que já foi observado em relação às forças terrestre e naval. Isso se deve a essa enorme superioridade de meios aéreos, mas também

decorre da própria composição da Força Aérea. Afinal, cada avião interceptador Su-30 incorpora sistemas de comando e controle passivos e ativos, conseguindo orientar e guiar os sistemas de armas localizados em outras aeronaves. Além disso, a Índia também possui um sistema muito próximo ao do AWACS (*Airborne Warning and Control System*) original. Trata-se do sistema Phalcon israelense (AEW+C+S), montado sobre o avião russo IL-76. Ao contrário do sistema original que em Israel está montado em um Boeing 707, adaptado para melhorar o desempenho e a autonomia de voo, o sistema indiano está montado em um avião russo cuja principal virtude é pousar e decolar de pistas curtas. Isso tudo indica uma preparação indiana para operar meios aéreos em profundidade no território paquistanês a partir de bases aéreas localizadas na própria Índia. Conjugado com os sistemas de inteligência de sinais, alerta avançado, comando e controle disponíveis em sua aviação naval, a Índia trabalha com a expectativa de obter logo no início de eventuais hostilidades com o Paquistão uma inequívoca capacidade de varredura e controle da totalidade do espaço aéreo paquistanês.

Tendo em vista a enorme superioridade de meios aéreos indianos em relação ao Paquistão, bem como o esforço indiano de acelerar e ampliar muito mais essas vantagens, é razoável supor que a Índia prepara-se, na eventualidade de uma nova guerra, para uma ofensiva terrestre e naval combinada contra o Paquistão, aliada a uma ofensiva aérea contra as bases chinesas situadas ao longo de toda a metade oeste da China.

Por sua vez, a Força Aérea da África do Sul possui o Cheetah, uma versão “indígena” do Mirage III e do Kfir israelense. Como a aeronave chegou ao seu limite de vida útil, está sendo substituída por dois tipos de vetores, o Grippen sueco, uma ae-

ronave de alta tecnologia, e o Hawk inglês, uma aeronave de ataque e menor tecnologia. O Grippen possui um desempenho análogo ao do F-16 e do MiG-29. Já o Hawk possui uma excelente capacidade de empuxo/carga útil, levando a metade de seu peso em armas, sendo também uma boa alternativa para treinamento. Tanto mais que boa parte da sua produção será nacionalizada. Por outro lado, na medida em que se ampliam os papéis da África do Sul em toda a África subsaariana, fica mais evidente também a lacuna representada pela ausência de quaisquer vetores e capacidades da SAAF nas áreas de patrulha marítima de longo alcance, inteligência de sinais e emissões eletrônicas (SIGINT e ELINT) e busca e resgate (SAR).

Finalmente, no caso do Brasil é importante destacar o desenvolvimento nacional do avião de ataque subsônico AMX, para o qual também são produzidos diversos componentes. O AMX carrega quase quatro toneladas de armas, o que dotou a FAB de uma efetiva capacidade de ataque. Possui uma aviônica avançada, podendo ser equipado com o míssil Darter, que será fabricado em conjunto com os sul-africanos. Esse avião é equipado com a principal bomba brasileira (BAFG-920, equivalente à Mk-84 estadunidense, com 429 kg de tritonal). Com as possibilidades abertas pela digitalização e o uso de sistemas de direcionamento das munições (JDAM), o AMX torna-se uma alternativa de baixa tecnologia durável e com boa relação custo/benefício. O problema da FAB é a ausência de um vetor de alta tecnologia que cumpra funções de superioridade aérea, opere como plataforma de armas para combate além do alcance da visão (*Beyond Visual Range* ou BVR), como interceptador de alta velocidade e longa distância e como vetor antinavio.²⁵

²⁵ Uma alternativa para a Força Aérea Brasileira resolver essa lacuna seria justamente estabelecer uma parceria com a África do Sul, Índia e China para, juntamente com os russos, desenvolver o PAK-FA, o caça russo de quinta geração. Cf. <<http://www.defesabr.com>> e também <<http://www.defesnet.com.br>>.

4. Considerações finais

Observando-se os três contextos regionais, as características institucionais e o perfil comparado das Forças Armadas dos três países do IBAS, é possível concluir que o aprofundamento da cooperação na área de segurança e defesa nacional será necessariamente cauteloso e bastante circunscrito, sobretudo porque a situação da Índia é muito distinta da situação da África do Sul e do Brasil.

O equipamento, a organização e a doutrina (EOD) das Forças Armadas indianas apontam para a preparação para uma guerra ofensiva contra o Paquistão. Por sua vez, Islamabad conta com uma resposta assimétrica ao poderio indiano baseada em três pilares: 1) guerra irregular e promoção do terrorismo; 2) a expectativa de solidariedade dos 130 milhões de muçulmanos da Índia (13% da população indiana em 2004); 3) um número indeterminado de ogivas nucleares e vetores de entrega (sobretudo caças F-16 e mísseis balísticos de alcance intermediário Ghauri e Shaheen). Por razões diversas, os três pilares da dissuasão paquistanesa vêm sendo erodidos na mesma velocidade com que se aprofunda a crise do regime político e do próprio Estado paquistanês. A batalha de Kargil demonstrou que a nova realidade nuclear do sul da Ásia é uma condição insuficiente para a estabilização da região. Por outro lado, desde 2005 mudanças internas no Paquistão e na Índia, além das garantias dadas pelos Estados Unidos e, sobretudo, pela China, têm contribuído para um avanço paulatino nas medidas de confiança mútua entre as duas potências regionais cada vez mais assimétricas do sul da Ásia (Rajain, 2005:353-418).

Apesar dessa melhoria relativa, a díade formada por Índia e Paquistão continua sendo uma das mais hostis e instáveis do planeta. Ao contrário do que ocorreu em outros complexos re-

gionais de segurança em que a percepção de impossibilidade de vitória conduziu à cooperação e integração regional (caso da França e da Alemanha, do Brasil e da Argentina, ou mesmo da África do Sul e os países da chamada Linha de Frente contra o *Apartheid*), o crescente poderio indiano e a conduta paquistanesa demonstram que no caso do Sul da Ásia existe o risco real de ocorrência de uma guerra que teria consequências sistêmicas, produzindo externalidades negativas para o mundo todo.

Dado esse risco, a cooperação possível na área de segurança e defesa no IBAS poderia envolver trocas sistemáticas e regulares de experiências e soluções institucionais encontradas na África subsaariana e na América do Sul para a redução de tensões e resolução de disputas interestatais militarizadas. Um sinal positivo nessa direção parece ser o recente envolvimento da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) na promoção de um pacto antiterrorista a ser assinado por todos os Estados-membros (Afeganistão, Bangladesh, Buhutão, Índia, Paquistão, Nepal, Sri Lanka e Maldivas). Um maior envolvimento das organizações regionais (Mercosul, SADC e SAARC) em matérias de segurança e defesa poderia facilitar a cooperação bilateral ao assumir para a organização parte dos custos de transação envolvidos na identificação de janelas de oportunidade e, ao mesmo tempo, talvez ajudasse a desarmar algumas crises sociais e institucionais graves com potencial de desestabilização regional, tais como a de Bangladesh ou do Zimbábue.²⁴

Nesse contexto se inserem aqui também as possibilidades de cooperação trilateral em missões de paz. Um passo incre-

mental importante nessa direção seria a institucionalização de mecanismos para a troca regular de experiências em Operações de Paz, na linha já proposta por Diniz (2006).

Adicionalmente, a cooperação em segurança e defesa nacional no grupo IBAS deveria focar o desenvolvimento e a aquisição de sistemas necessários aos três países. Por cautela diplomática e necessidade logística e operacional, essa cooperação se daria em três níveis distintos, cada um deles implementado por meio de tratados bilaterais.

O primeiro nível de cooperação abarcaria as tecnologias e equipamentos que não seriam vendidos ou transferidos pelos Estados Unidos, mas que uma vez desenvolvidos por um grande *pool* de países não criariam dificuldades para a relação com os Estados Unidos ou com os demais países nas respectivas regiões. Esse seria o caso das parcerias entre os países do IBAS e a Espanha (aviões de transporte), França (submarinos Scórpepe), Reino Unido (caça Hawk / corveta MEKO), ou Rússia e China (caça avançado PAK-FA). O caso do caça de quinta geração PAK-FA é emblemático, pois seu custo de sete bilhões de dólares poderia ser rateado entre os três países do IBAS, mais a China e a Rússia, com ganhos de tecnologia e sustentabilidade diplomática.

O segundo nível de cooperação também levaria em conta as preocupações de natureza diplomática, mas poderia ser desenvolvido apenas com os recursos e capacidades combinadas dos países do IBAS. Ainda assim, a cautela se impõe porque se tratam de tecnologias de uso dual que são decisivas para a aquisição de capacidades civis e militares na era da informação. Esse é o caso, por exemplo, da produção de turbinas que servem tanto para a Índia nacionalizar sua frota, quanto para a África do Sul assimilar e exportar o Grippen sem restrições ou ainda, no caso do Brasil, para o desenvolvimento de *upgrades*

²⁴ Para uma visão abrangente sobre os relacionamentos de segurança entre o Mercosul e a SADC, ver Khanyile (2005). Para uma análise da evolução diplomática da Ásia e da África e as novas dinâmicas institucionais e políticas da Índia e da África do Sul, ver Vizentini (2007).

para o AMX, para o desenvolvimento de mísseis cruzadores baseados em terra e no mar e, finalmente, para o desenvolvimento de um UAV supersônico. A capacidade de produzir turbinas também beneficiaria a indústria civil, a aviação regional e até a produção de grandes aviões de carga e de passageiros (hoje monopólio da Boeing e da Airbus), permitindo à Embraer posicionar-se melhor no mercado global. Outros exemplos seriam os componentes digitais cujos sistemas ativos e passivos servem tanto para rastrear aeronaves *stealth*, quanto, por exemplo, para a gerência do controle do tráfego aéreo civil.

O terceiro nível de cooperação na área de segurança e defesa no IBAS envolveria o que se pode chamar de medidas urgentes, tais como a substituição de blindados e obuseiros cuja vida útil esgotou e cuja obsolescência limita fortemente a capacidade de defesa de um país. Aqui seriam incluídos projetos bilaterais com a África do Sul para a aquisição do Rooikat e do obuseiro G6-52L, visando a substituir, respectivamente, a frota de Cascavéis, Urutus, M-41 e as peças de calibre 105/155 mm constantes no inventário brasileiro. Note-se que a reposição de material bélico brasileiro por meio de encomendas à África do Sul serviria para fortalecer as relações entre os dois países e preparar a cooperação nos outros dois níveis. Aqui valeria destacar alguns projetos cuja pesquisa e desenvolvimento (P&D) poderia ser levada a cabo pelo Brasil e África do Sul, tais como o do sucedâneo para o fuzil calibre 50 NTW-20 que deve ter sua produção nacionalizada pela IMBEL. Ou o desenvolvimento de obuseiros para içar projéteis 203 mm guiados à semelhança do Krasnopol russo ou Excalibur estadunidense. Nesse caso, se poderia tomar por base o obuseiro sul-africano G6-52L, uma vez que ele já opera projéteis 155 mm com um alcance de 75 km, mas não existe ainda um projétil viável.

Para além dessas oportunidades e necessidades específicas de cooperação na área de defesa entre os países do Fórum IBAS, o mais importante aqui é destacar que se trata de um projeto de cooperação Sul-Sul aberto à cooperação Sul-Leste e Sul-Norte. Somente assim a aquisição de meios e capacidades de defesa não acirrará polarizações ou tenderá a alterar as respectivas balanças regionais, justificando ao fim e ao cabo a própria existência do IBAS.

Referências bibliográficas

- ALDEN, Chris. (1996), *Apartheid's Last Stand: The Rise and Fall of the South African Security State*. London: Macmillan.
- ALENCE, Rod. (2004), "South Africa after Apartheid: The First Decade". *Journal of Democracy*, vol. 15, nº 3, pp. 78-92.
- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly. (2001), *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora da UFRJ.
- ASHRAF, Tariq. (2004), Doctrinal Reawakening of the Indian Armed Forces. *Military Review*, vol. 84, nº 6, pp. 53-62.
- AVILA, Fabricio. (2007), Armas Estratégicas: O Fim da Destruição Mútua Assegurada e a Distribuição de Poder no Sistema Internacional. Porto Alegre, UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Projeto de Dissertação de Mestrado.
- BABU, D. Shyam. (2004), India's National Security Council: Stuck in the Cradle. *Security Dialogue*, vol. 34, nº 2, pp. 215-230.
- BANERJEE, Dipankar. (2004), Dangers of Missile Proliferation in South Asia. *South Asian Survey*, vol. 11, nº 2, pp. 219-230.
- BRASIL. (1999), A Constituição de 1988. Brasília, Senado Federal/CEE-MCT/ESAF-MF, vol. VII da Coleção As Constituições Brasileiras.
- BUZAN, Barry e WÆVER, Ole. (2003), *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge-UK: Cambridge University Press.
- CEPIK, Marco. (2007), "Political Regime and Intelligence System in Brazil: Structural Change and Democratic Control". In: T. C. Bruneau e S. Boraz (eds.), *Reforming Intelligence: Obstacles to Democratic Control and Effectiveness*. Austin: University of Texas Press, pp. 149-169.
- COHEN, Eliot. (2002), "Technology and Warfare". In: J. Baylis et alii (eds.), *Strategy in the Contemporary World: An introduction to Strategic Studies*. Oxford-UK: Oxford University Press, pp. 235-253.
- CORDESMAN, Anthony H. e KLEIBER, Martin. (2006), *The Asian Conventional Military Balance: Total and Sub-Regional Balances in Northeast Asia, Southeast Asia, and South Ásia*. Washington-D.C., CSIS, 116 pp.
- DINIZ, Eugenio. (2005), Da Teoria à Análise Política: Guerra do Iraque ou do Reordenamento Unipolar? *Cena Internacional*, ano 7, nº 2, pp. 4-27.
- _____. (2006), "South Africa, Brazil and India: Cooperating in Defense". In: A. C. Vaz (org.), *Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 279-310.
- FUCCILLE, Luís Augusto. (2003), A Criação do Ministério da Defesa no Brasil: Entre o Esforço Modernizador e a Reforma Pendente. *Security and Defense Studies Review*, vol. 3, nº 1, pp. 01-27.
- GRIECO, Joseph M. (1997), "Systemic Sources of Variation in Regional Institutionalization in Western Europe, East Asia, and the Americas". In: E. Mansfield e H. Milner (eds.), *The Political Economy of Regionalism*. New York: Columbia University Press.
- GUIMARAES, Samuel P. (org.). (1996), *Estratégias: Índia e Brasil*. Brasília: IPRI.
- HUBER, John e SHIPAN, Charles. (2002), *Deliberate Discretion? The Institutional Foundations of Bureaucratic Autonomy*. Cambridge-UK: Cambridge University Press.
- IISS. (2007), *The Military Balance*. London: Routledge.
- INDIA. (2001), *Group of Ministers' Report on "Reforming The National Security System"*. New Delhi. Disponível em: <http://pib.nic.in/archieve/ireleng/lyr2001/rmay2001/23052001/r2305200110.html>.
- _____. (2005), *Ministry of Defence Annual Report 2004-2005*. New Delhi. Disponível em <http://mod.nic.in/reports/report05.htm>.
- _____. (2005), *The Constitution of India 1947*. Delhi, Universal Law Publishing. Sixth Edition [as amended].
- _____. (2007), *Ministry of Defence Annual Report 2006-2007*. New Delhi. Disponível em <http://mod.nic.in/reports/report07.htm>.
- JANE'S. (2004a), *Sentinel Security Assessment: Brazil*. London: Jane's Information Group.
- _____. (2004b), *Sentinel Security Assessment: India*. London: Jane's Information Group.
- _____. (2004c), *Sentinel Security Assessment: South Africa*. London: Jane's Information Group.

JERVIS, Robert. (1978), "Cooperation under the Security Dilemma". *World Politics*, vol. 30, nº 2, pp. 167-214.

KAPILA, Subash. (2000), *India's National Security Council: a critical review*. South Asia Analysis Group. Disponível em: <http://www.saag.org/default.asp>.

KARAMAT, Jehangir (2004), Missile Acquisition by Pakistan: Military Strategic Imperatives. *South Asian Survey*, vol. 11, nº 2, pp. 169-176.

KHANYILE, Moses Bongani. (2003), South Africa's Security Relations with the MERCOSUR Countries. Pretoria, University of Pretoria. Tese de doutorado.

KRUYIS, George. (2004), Lessons from African Wars: Implications for SANDE. *Strategic Review for Southern Africa*, vol. XXVI, nº 01, pp. 15-39.

LE ROUX, Len. (2004), Revisiting the South African Defence Review. *African Security Review*, vol. 13, nº 1, pp. 105-107.

LJPHART, Arend. (2003), *Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. São Paulo: Civilização Brasileira.

LIMA, Maria Regina Soares de. (2005), A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, nº 1, pp. 24-59.

MARES, David. (2001), *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America*. New York: Columbia University Press.

MARTINS, José Miguel Q. (2006), Digitalização e Guerra Local: A Alteração do Equilíbrio Regional. Porto Alegre, UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Projeto de Tese Doutoral.

MEARSHEIMER, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. London: W.W. Norton.

MURRAY, Douglas J. e VIOTTI, Paul R. (1994), *The Defense Politics of Nations: A Comparative Study*. Baltimore: Johns Hopkins.

OLIVEIRA, Amâncio e ONUKI, Janina e OLIVEIRA, Emmanuel. (2006), Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, vol. 28, nº 2, pp. 465-504.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. (2004), *Democracia e Defesa Nacional: A Criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC*. São Paulo: Manole.

PROENÇA Jr. Domício e BRIGAGÃO, Clóvis. (2002), *Concertação Múltipla: Inserção Internacional de Segurança do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

PROENÇA Jr., Domício e DINIZ, Eugenio. (1998), *Política de Defesa no Brasil: Uma Análise Crítica*. Brasília: Editora da UnB.

RAJAIN, Arpit. (2005), *Nuclear Deterrence in Southern Asia: China, India and Pakistan*. New Delhi: Sage.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. (2006), Índia, Brasil e África do Sul: Perspectivas da Cooperação em Matéria de Segurança. Brasília, UNB/Ford. *Documento de Trabalho* nº 10, pp. 03-14.

SAGAN, Scott. (2000), "The Origins of Military Doctrine and Command and Control Systems". In: P. Lavoy, S. Sagan e J. Wirtz eds.), *Planning the Unthinkable: How New Powers Will Use Nuclear, Biological, and Chemical Weapons*. Ithaca-NY: Cornell University Press, pp. 16-46.

SAHNI, Varun. (2000), *Brazil, India, and South Africa: Three Pathways to Regional (In)security*. Ciudad Mexico-DF: Centro de Investigacion y Docencia Economicas, pp. 1-39.

SCHWELLER, Randall L. (1998), *Deadly Imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. New York: Columbia University Press.

SIDHU, Waheguru & YUAN, Jing-dong. (2003), *China and India: Cooperation or Conflict?* New Delhi: India Research Press.

SIDHU, Waheguru. (2000), "India's Nuclear Use Doctrine". In: LAVOY, Peter; SAGAN, Scott and WIRTZ, James [Eds.]. *Planning the Unthinkable: How New Powers Will Use Nuclear, Biological, and Chemical Weapons*. Ithaca-NY: Cornell University Press, pp. 125-157.

SINGH, Jasbir. [editor]. (2005), *Indian Defense Yearbook 2004*. Dehra Dun: Natraj Publishers.

SINGH, Mahendra & VERNEY, Douglas. (2003), *Challenges to India's Centralized Parliamentary Federalism*. Publius, vol. 33, nº 4, pp. 1-20.

SOUTH AFRICA. (1999), *White Paper on Defence Industries*. Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <http://www.dod.mil.za>.

SOUTH AFRICA. (2004), *Constitution of the Republic of South Africa 1996*. Cape Town, Parliament of the Republic of South Africa.

SOUTH AFRICA. (2006), *Annual Report – FY 2005-2006*. Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <http://www.dod.mil.za>.

- SOUTH AFRICA. (2007), *The Department of Defence Strategic Business Plan*. Pretoria, Department of Defence. Disponível em: <http://www.dod.mil.za>.
- STEMMET, Andre. (2000), *The South African Regulation of Foreign Military Assistance Act*. RUSI Journal, vol. 145, nº 5, pp. 37-42.
- STEYN, Hannes & VAN DER WALT, Richard & VAN LOGGERENBERG, Jan. (2003), *Armament and Disarmament: South Africa's Nuclear Weapons Experience*. Pretoria: Network Publishers. 126 pp.
- TANHAM, George. (1992), *India Strategic Thought: An Interpretative Essay*. Santa Monica-CA, RAND.
- THE ECONOMIST. (1992), South Africa: Arms Control, vol. 324, nº 7777, p. 54.
- THE ECONOMIST. (1993), South Africa: Shooting His Way Into Trouble, vol. 329, nº 7833, p. 49.
- THE ECONOMIST. (2000), Asia: India's Nuclear Dilemmas, vol. 357, nº 8195, pp. 45-46.
- THE ECONOMIST. (2005), South Africa's Defence Industry, vol. 375, nº 8431, p. 66.
- THE ECONOMIST. (2005), Survey: Indian Defence. vol. 375, nº 8427, p. 24.
- VIZENTINI, Paulo. (2007), *As Relações Internacionais da Ásia e da África*. Petrópolis: Vozes.
- WALT, Stephen. (1996), "Coalitions". In: CRONIN, Patrick. [Ed.]. *2015: Power and Progress*. Washington-D.C., National Defense University Press, pp. 83-114.
- WALTZ, Kenneth N. (2000), *Structural Realism After the Cold War*. International Security, vol. 25, nº 1, pp. 5-41.
- WINKATES, James. (2000), *The Transformation of the South African National Defence Force: A Good Beginning*. Armed Forces and Society, vol. 26, nº 3, pp. 451-472.
- ZAVERUCHA, Jorge. (2007), *Ministério da Defesa Brasileiro: Um Poder Virtual*. Strategic Evaluation, vol. 1, nº 1, pp. 23-46.
- ZEGART, Amy. (2000), *Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC*. Stanford-CA, Stanford University Press.

As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano¹

MARCOS COSTA LIMA

1. Introdução

Desde os anos finais da década de 1960, um conjunto significativo de pesquisadores, com grande respeitabilidade acadêmica, vem tratando do progresso tecnológico e de seus efeitos sociais, econômicos e políticos, que ganharam forte impulso na economia mundial a partir da atuação das grandes corporações apoiadas pelos governos dos países centrais. Formaram-se, desde então, grandes oligopólios de pesquisa e desenvolvimento em quase todos os ramos da atividade econômica. Já em 1970, o Grupo Sussex (1970) estimava que 98% dos gastos mundiais de pesquisa e desenvolvimento eram realizados pelos países centrais. O trabalho de Cooper e Chesnais, (1970) também do mesmo período, apontava nessa mesma direção. Em livro que escreveu às vésperas do Golpe Militar de 1964, Celso Furtado chama a atenção para a "pervasividade" com que a sociedade aceita as inovações tecnológicas:

¹ Apresentado no 5º Encontro da ABCR, Belo Horizonte, 26 a 29 de julho de 2007.